



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2475/15	DATA: 19/11/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 09h56min	TÉRMINO: 12h59min	PÁGINAS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARMANDO MONTEIRO NETO - Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SUMÁRIO

Debates sobre supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ininteligível.  
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos!

Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 23ª reunião ordinária da Comissão, realizada no dia 17 de novembro, e indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Peço dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputada Cristiane Brasil.

Dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão.

Está aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Iniciaremos agora a audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Armando Monteiro Neto, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em atendimento ao Requerimento nº 195, de 2015, do Exmo. Sr. Relator, Deputado José Rocha.

Informo, a bem da verdade, que desde agosto o Ministro já havia se colocado à disposição desta CPI para prestar todas as informações e esclarecimentos sobre o tema desta Comissão.

Já está sentado à Mesa o Exmo. Sr. Armando Monteiro Neto, a quem passo a palavra neste momento, para que possa fazer suas considerações iniciais.

Com a palavra S.Exa. o Ministro.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu quero agradecer ao Presidente desta Comissão, Deputado Marcos Rotta; cumprimentar o Relator,



Deputado José Rocha, e saudar as Sras. e os Srs. Deputados presentes. Permitam-me saudá-los na pessoa da Deputada Cristiane Brasil, a quem cumprimento.

Quero agradecer a oportunidade de poder trazer uma palavra sobre essa questão que me parece de grande importância.

O primeiro registro que eu gostaria de fazer é que, ao longo da minha trajetória pessoal, em diferentes momentos e em diferentes circunstâncias, eu pude interagir com essa instituição que é o BNDES, que, sem dúvida alguma, cumpre e cumpriu um papel muito importante no desenvolvimento do nosso País.

Particularmente, considerando a nossa vinculação com o sistema empresarial, eu posso dar um testemunho da importância dessa instituição para que o Brasil formasse, ao longo do tempo, a sua base industrial.

Lembro ainda, nos anos 70, o desafio que foi, por exemplo, criar no Brasil uma indústria de base e o papel que essa instituição desempenhou para que isso pudesse ocorrer. Eu diria mesmo que a matriz industrial do Brasil não teria hoje a amplitude, a diversidade, a importância do tecido industrial nacional não fosse o papel fundamental que essa instituição desempenhou.

Conhecendo, por exemplo, a experiência de alguns países da América do Sul, verifico como foi importante ter criado um instrumento com as características do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi graças a essa institucionalidade e a esse arranjo que foi permitida a criação de um banco de fomento que contasse com recursos estáveis ao longo do tempo, um *funding* que decorre da poupança do próprio trabalhador brasileiro e que nós pudemos, portanto, apoiar. Na época especialmente em que a poupança privada do Brasil era muito incipiente, esse banco pôde realmente representar um instrumento fundamental para que o Brasil criasse uma indústria de base não apenas, por exemplo, no setor de bens de capital, mas no de insumos básicos.

Portanto, eu quero fazer de plano esse registro por entender que o BNDES cumpriu um papel extraordinário, inclusive tendo em vista a lacuna que ainda hoje existe no nosso País no que diz respeito à existência de linhas de financiamento de prazo mais longo.

No Brasil, dada a instabilidade macroeconômica que marcou a vida do País durante largo período, o País praticamente não dispunha — e não dispõe — de



linhas de financiamento de prazo mais longo. Portanto, o BNDES cumpriu esse papel fundamental.

Nos anos mais recentes, nós não poderíamos deixar de destacar o papel que o banco vem desempenhando no financiamento da infraestrutura do nosso País. Se tomarmos como exemplo o setor elétrico, nós vamos verificar que grande parte da ampliação da capacidade instalada do setor de geração de energia do Brasil nos últimos anos foi fundamentalmente fruto de financiamentos feitos pelo BNDES.

Se levarmos em conta o sistema aeroportuário, toda a questão do transporte urbano e mais recentemente a consolidação da presença do Brasil em setores muito importantes, como, por exemplo, o setor de papel e celulose, nós vamos encontrar a presença e marca fundamental do BNDES.

Gostaria também de dizer, sobretudo àqueles que puderam interagir com o banco nessa interface empresarial, que o BNDES sempre se distinguiu por uma característica: a excelência dos seus quadros técnicos. Isso é algo reconhecido neste País e no mundo, sobretudo pelo processo de suas análises, que sempre se dá através de colegiados, escrutinados.

As decisões do BNDES obedecem a um processo que é sempre muito permeado por avaliações que se dão em estruturas colegiadas, daí ser muito recorrente no ambiente empresarial uma crítica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, qual seja a de que a análise dos pleitos de financiamento demora bastante, que o ciclo de análise demora. Ora, a demora se deve exatamente porque os processos de análise se revestem não apenas dessa característica de um maior rigor técnico, mas da existência de várias instâncias de análise, de comitês que, ao final, conferem à decisão do banco esse caráter de grande escrutinação e de permanente avaliação por comitês e órgãos colegiados.

Algo também que releva destacar é que, apesar de ter desempenhado esse papel como instrumento da política industrial, como instrumento da política de formação da infraestrutura básica do Brasil, o BNDES é um banco e, como tal, é importante destacar que ele pôde, ao longo do tempo, conservar também a sua solidez do ponto de vista financeiro e operacional. Ou seja, apesar de ser um banco de desenvolvimento, o BNDES não negligenciou naquilo que representa sempre um compromisso de qualquer instituição financeira, mesmo de um banco de



desenvolvimento, que é zelar pelo retorno dos seus créditos e pela qualidade dos créditos do ponto de vista da análise da classificação de risco. O que melhor atesta essa avaliação é que o banco tem índices de inadimplência que são extremamente baixos para os padrões bancários.

Portanto, ao reconhecer esse papel extraordinário que o banco cumpriu e cumpre como um instrumento indispensável da política industrial do País; ao reconhecer que, pela excelência dos seus quadros, pela qualidade dos seus processos e eu diria da sua governança, o banco se mantém com uma estrutura saudável, com absoluta solidez; isso faz com que o banco tenha, inclusive junto à comunidade internacional — e eu gostaria de dar esse testemunho —, o reconhecimento de que é uma instituição saudável, uma instituição que, em todos os critérios de *rating* e de avaliação, situa-se no primeiro plano entre as instituições congêneres no mundo.

Eu gostaria de fazer este registro, inicialmente, e falar da oportunidade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito oferece para que se amplie a compreensão do papel do banco. Eu quero, desde já, destacar a condução responsável do debate. Houve, em um primeiro instante, a avaliação de que uma CPI do BNDES poderia, de alguma maneira, concorrer para desprestigiar ou mesmo atingir a imagem da instituição. Mas, o que se verifica, dada a condução e a postura dos integrantes desta Comissão, é a qualidade do debate que aqui se realizou e se realiza.

O que eu acho é que a instituição, ao final, ganhará, porque se ampliará a compreensão do seu papel, do seu insubstituível papel. Evidentemente, como em todo processo, qualquer instituição, em última instância, é suscetível de aperfeiçoamentos. Portanto, eu creio que, ao final desse processo, todos ganharão, porque se ampliará a compreensão do papel do banco, entendendo-se melhor a natureza dos seus processos internos, e o reconhecimento desse extraordinário papel que o banco desempenha.

Ao final, eu tenho certeza de que poderá resultar também uma contribuição importante desta Comissão para que se melhore o padrão de governança da instituição, porque, de resto, todas as instituições podem ser aperfeiçoadas; e para que se amplie, por imperativo até mesmo do estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira — vamos dizer assim —, o processo de controle social e de



maior transparência. Isso significa dizer que todos nós ganharemos, o País e o BNDES.

Eram essas as minhas considerações iniciais, Sr. Presidente.

Eu me coloco à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra a V.Exa., para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, estamos em outra audiência muito importante sobre a exploração de crianças e adolescentes, em um seminário do qual eu faço parte. Na impossibilidade de continuar participando desta reunião, eu gostaria só de dizer da importância desta CPI. Ao mesmo tempo, quero registrar e parabenizar o nosso Ministro Armando Monteiro, do meu partido, pelas palavras tão acertadas, tão esclarecedoras e tão sinceras. Quero dizer da minha admiração por S.Exa. O Ministro muito contribui com sua presteza de, imediatamente, se dispor a estar aqui e nos dar essa colaboração. S.Exa. sempre traz algo que nos acrescenta.

Então, eu peço licença para ir ao seminário sobre a exploração de crianças e adolescentes. Volto assim que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Não tenha dúvida alguma de que não apenas o partido de V.Exa. está bem representado como o País está muito bem representado com o Ministro Armando Monteiro.

Passemos agora à fase das interpelações.

Inicialmente, concedo a palavra a S.Exa., o Deputado José Rocha, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; Sras. e Srs. Parlamentares; Sr. Ministro Armando Monteiro Neto; minhas saudações.

Inicialmente, Ministro, quero cumprimentá-lo e dizer da nossa satisfação de tê-lo aqui. V.Exa. já foi membro desta Casa, foi Presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI, órgão importante de representação da indústria



nacional, e hoje é Senador da República e Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Então, ninguém mais capacitado do que V.Exa. para ocupar esse posto no Governo da República.

Quero fazer minhas as palavras do Presidente e dizer que V.Exa. está aqui como convidado, desde que se antecipou, por meio de um comunicado à Comissão, oferecendo-se a vir a esta CPI, de acordo com a necessidade da Comissão, e hoje se fazer ouvir.

Os argumentos usados para rebater as críticas ao BNDES giram em torno do fato de a instituição, alegadamente, gerar lucros e ter baixo índice de inadimplência, como aqui disse V.Exa. No caso de um banco privado, isso seria um indicativo de bom desempenho. Contudo, Ministro, há diferenças fundamentais entre o BNDES, que executa políticas públicas de direcionamento de crédito, e um banco privado.

Tendo isso em vista, eu pergunto a V.Exa.: de que maneira o BNDES, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Fazenda medem os resultados alcançados pelas políticas de apoio financeiro realizadas pelo BNDES, pela BNDESPAR, em cada uma de suas operações, tendo como referência os custos dessas políticas?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu queria, em primeiro lugar, concordar que o BNDES é um banco de desenvolvimento e, evidentemente, opera com uma lógica que não é estritamente a lógica de retorno de um banco comercial, por exemplo. Mas, qualquer que seja o banco, seja um banco de desenvolvimento, seja um banco de fomento, ele tem que ter padrões de avaliação de risco que não ponham, evidentemente, a instituição em uma situação de desequilíbrio potencial.

É bom lembrar que, no caso do BNDES, o seu *funding*, a sua fonte de recursos, é proveniente da poupança compulsória do trabalhador brasileiro. Nós temos aí recursos do FAT e do PIS/PASEP que constituem hoje, mesmo com os aportes que foram feitos diretamente pelo Tesouro e que representaram volumes muito expressivos, 25% do *funding* do BNDES.

Ora, à medida que o Banco tem, por disposição legal, a prerrogativa de gerir e de aplicar recursos da poupança do trabalhador, ele tem a obrigação de zelar pelo retorno das operações ativas que são feitas. Portanto, ainda que seja um banco de



desenvolvimento, é muito importante, sim, que ele se oriente por critérios rigorosos de análise e avaliação de risco, sob pena de comprometer o seu patrimônio e pôr em risco o patrimônio do próprio trabalhador brasileiro.

Eu acho que não existe essa contraposição de que baixa inadimplência é algo que deve ser exigido apenas das instituições privadas. Não! Eu acho que mesmo um banco de desenvolvimento tem que se pautar por uma análise muito criteriosa de risco, tendo em vista, exatamente, as características do seu *funding*, dos recursos que ele administra. Então, é uma característica, é um dado muito positivo o fato de que ele tenha baixíssima taxa de inadimplência e seja um banco sólido.

Meu caro Relator José Rocha, ao longo do tempo, em alguns momentos da trajetória dos bancos públicos do Brasil, o Tesouro foi obrigado a fazer aportes para garantir a saúde financeira dessas instituições, que, no passado — eu estou falando do passado —, puderam assumir riscos demasiados, a ponto de terem muitas dificuldades. Isso exigiu aporte do Tesouro, o que significa dizer um esforço do contribuinte brasileiro.

Portanto, o fato de o BNDES, ao longo dessa trajetória, conservar essa característica de ser uma instituição sólida, com baixa taxa de inadimplência, é algo muito positivo e que não se contrapõe, na essência, à ideia de um banco de desenvolvimento.

Em relação ao outro aspecto da pergunta, de como os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda podem medir o resultado da eficiência das políticas que estão ligadas ao banco, ao financiamento, às políticas operacionais do banco, ao retorno dessas políticas, eu reconheço que nós temos certa dificuldade de avaliar, de fazer uma mensuração mais direta dos resultados da política. Por quê? Porque, de resto, quando um banco atua na formação do capital fixo e na elevação da taxa de investimento da economia, os resultados que se colocam dependem muito do desempenho macroeconômico do País.

Por exemplo, quando o regime cambial, quando a taxa de câmbio não é muito amigável ao setor exportador, é evidente que o retorno das empresas exportadoras é afetado pela taxa de câmbio.



Portanto, há variáveis na política macroeconômica que a instituição, isoladamente, não controla e não pode controlar. Evidentemente, ela sofre os efeitos dos ciclos econômicos que, de resto, envolvem a economia brasileira. Mas isso não significa, meu caro Relator, que nós não tenhamos que aperfeiçoar os mecanismos de avaliação para medir a efetividade das políticas, tendo em vista os resultados sobre o aspecto setorial; sobre, por exemplo, a visão da própria política industrial, dos resultados da política industrial e os resultados socioeconômicos.

Então, vejam, por exemplo, nas três últimas gerações de política industrial, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior — PITCE, a Política de Desenvolvimento Produtivo — PDP e o Plano Brasil Maior, que foram as três últimas, houve, sim, uma elevação da taxa de investimento, que pode ser demonstrada. Mas, por outro lado, a conjuntura externa e uma série de fatos que ocorreram de alguma maneira terminaram por comprometer a consecução daquelas macrometas que foram definidas nessas mesmas políticas industriais.

Então, o que eu gostaria de dizer é que precisamos, sim, criar uma métrica, mecanismos mais adequados, para fazer a medição de resultados, lembrando que o próprio banco já tem alguns avanços, como o Relatório de Efetividade, que reúne as suas ações e é algo que já está disponível, Mas nós, evidentemente, podemos e devemos nos aperfeiçoar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Sr. Ministro, acerca da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior — PITCE, de que V.Exa. falou há pouco, e da Política de Desenvolvimento Produtivo — PDP, onde estão publicadas suas metas e as avaliações de resultados?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja, nós temos, no *site* do Ministério, algumas informações que estão disponíveis.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI disponibiliza relatórios de avaliação, mas eu devo dizer que nós não temos evidentemente condições de estabelecer, de forma muito nítida, uma relação direta entre os resultados da política industrial, do ponto de vista do papel que a instituição cumpre isoladamente, tendo em vista exatamente algumas questões ligadas ao ambiente macroeconômico que terminaram por afetar, sim, os resultados da própria política.



Quero dizer, por exemplo, a V.Exa.: nós tínhamos metas em relação à questão do comércio exterior. E aí, evidentemente, nós não temos controle direto sobre a taxa de câmbio, que é uma variável crítica para que isso ocorra. Nós temos, por exemplo, metas em relação ao que se investe em pesquisa e desenvolvimento. Nessa perspectiva se coloca também aquilo que as próprias empresas devem investir em pesquisa e desenvolvimento. Isso tudo é relacionado e se coloca numa relação direta no agregado do produto econômico da economia.

Ora, há uma variável aí, que é o próprio lucro das empresas e do sistema empresarial, algo que também escapa ao controle direto da política, tanto, meu caro Relator, que eu acho que nessa nova geração da política industrial, ainda que nós tenhamos essas macrometas, que estão associadas a objetivos mais amplos — elevar a participação do País no comércio exterior; elevar a taxa de investimento em pesquisa e desenvolvimento e inovação —, nós temos também que incorporar uma visão mais microeconômica política industrial. Significa o seguinte: como podemos medir no próprio ambiente das empresas os ganhos de produtividade decorrentes de alguns programas de modernização que podem e devem ser implementados.

Nessa perspectiva, por exemplo, há já experiência de projetos pilotos muito interessantes, que podem mostrar a possibilidade de resultados muito expressivos em termos de ganhos de produtividade em alguns setores, desde que se possa aportar uma série de ações relacionadas a um aporte de consultoria, de melhoria de processos, de métodos de produção. E aí o BNDES entra na renovação do parque fabril em algumas áreas, tendo em vista que em setores tradicionais da economia brasileira a idade média dos equipamentos é elevada.

Portanto, eu acho que a política industrial deve se ajustar e mudar a realidade nova da dinâmica econômica. Aí, sim, na medida em que tenhamos uma visão mais microeconômica, nós vamos ter condições de fazer uma mensuração mais adequada dos resultados dessas políticas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Os investimentos do BNDES em operações de financiamento e participação societária foram parte relevante das estratégias concebidas pelo Governo. Quais eram os objetivos definidos especificamente para atuação do banco? Onde eles estão publicados? Onde está



publicada a avaliação de resultados das políticas públicas de direcionamento de crédito operadas pela instituição financeira estatal?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Olhe, eu acho que nós temos um dado que é fundamental, que é o seguinte: o banco, como já foi dito, é o principal, praticamente o único agente que provê o financiamento de longo prazo no Brasil. E o financiamento do BNDES está diretamente associado à taxa de investimento do País. Se tomarmos, por exemplo, o período de 2007 a 2014, nós vamos verificar, por exemplo, que houve uma elevação da taxa de investimento agregada da economia brasileira exatamente porque isso coincide com o maior orçamento do Sistema BNDES.

Evidentemente, o banco não é a única fonte da formação bruta de capital do Brasil, mas, como a principal fonte é o lucro das empresas, daquilo que se chama o alto investimento, e essa variável importante... Quer dizer, nós tivemos uma queda da taxa de reinvestimento das empresas por conta da queda dos lucros. Não fosse o aumento da participação do BNDES na taxa de formação bruta, o Brasil teria experimentado uma queda muito mais acentuada da taxa de investimento global na economia. Portanto, o banco desempenha um papel fundamental para a sustentação da taxa de investimento.

A orientação em relação aos setores que devem ser prioritariamente apoiados evidentemente é uma decisão que muitas vezes transcende o banco. O banco é um instrumento da política industrial, mas as linhas, as diretrizes da política industrial não são estabelecidas dentro do banco.

Portanto, em diferentes momentos da economia brasileira pode-se dar uma ênfase maior aos projetos de infraestrutura, pode-se fazer — e o banco tem feito — uma sinalização para ampliar o desembolso na área de inovação. Podemos e devemos ampliar o apoio às micro e pequenas empresas.

Eu vou apresentar um dado que me parece muito significativo: o cartão automático, mecanismo que o BNDES criou que hoje representa para as pequenas e médias empresas um instrumento de apoio muito importante. Houve uma elevação muito significativa dos desembolsos deste programa do cartão automático do BNDES, que alcançaram 11 bilhões de reais no último exercício.



Portanto, eu acho que o banco tem, sim, revelado a capacidade de se ajustar às mudanças que ocorrem e às transformações estruturais que ocorreram na economia brasileira. Evidentemente, essas mudanças precisam ser apontadas e sinalizadas pela própria política industrial do País. Pela excelência dos seus quadros e pelo papel extraordinário que desempenha, o banco também pode contribuir para a formulação da política industrial do Brasil. Não é efetivamente papel do banco formular a política industrial — a política industrial deve ser formulada pelo Governo. O banco, evidentemente, desempenha um papel como instrumento operacional desta política.

Em resumo, eu gostaria de dizer que essas políticas têm que se ajustar às demandas que vão mudando na medida em que os próprios desafios da economia brasileira mudam, e o banco tem que ter a capacidade de ajustar as suas políticas. Hoje, por exemplo, o banco aplica mais no apoio à micro e pequena empresa do que aplicava 5 anos atrás. O apoio que o banco dispensa à área de inovação é muito maior do que era 5 anos atrás.

Portanto, estas políticas precisam ser ajustadas, na medida em que a própria política industrial e as próprias indicações da política de desenvolvimento do País mudam.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, o Programa de Sustentação do Investimento — PSI, implementado pelo Governo Dilma a partir de 2009 e prorrogado sucessivamente, foi recentemente suspenso, e houve uma nova determinação para que ele fosse prorrogado. Onde estão publicados seus custos, suas metas e a avaliação dos seus resultados?

Eu peço ao Ministro que seja mais sucinto nas respostas, porque nós ainda temos várias perguntas.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Pois não. O banco tem hoje um relatório operacional, que está de resto disponível, em que ele faz, sim, uma demonstração das aplicações em cada área do banco. Com relação ao PSI, também se pode encontrar um quadro das aplicações. É sempre bom lembrar que o PSI teve um papel extraordinariamente importante nesta política anticíclica que o Governo Federal realizou exatamente no período mais crítico em que a taxa de investimento



do País estava deprimida. Portanto, na avaliação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o PSI, a meu ver, foi um instrumento muito importante.

É evidente que ele tem um custo fiscal e, por isso, tendo em vista o momento de ajuste fiscal da economia brasileira, o seu orçamento teve que ser menor este ano. Neste ano, nós temos um orçamento substancialmente menor, comparado com o que estava previsto. Evidentemente, isso gera um impacto em vários programas importantes. Nós temos um impacto, por exemplo, no financiamento de bens industriais do sistema de equipamentos de transporte, de linhas que eram financiadas com recursos do PSI, que evidentemente também são afetadas quando o orçamento do programa é reduzido.

Portanto, eu acho que o PSI cumpriu um papel importante, mas temos que reconhecer que, dado o seu custo fiscal, ele não pôde ser mantido na amplitude prevista anteriormente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, ao serem questionados sobre a possibilidade de haver superfaturamento em obras financiadas pelo BNDES, os representantes do banco apontam que os financiamentos foram sempre quitados — V.Exa. citou esta questão aqui. Presume-se que, para a instituição financeira estatal, a análise de custos dos projetos financiados não é uma preocupação central. Como V.Exa. avalia a análise de custos de projetos realizados pelo BNDES atualmente? Há a intenção de aprimorar procedimentos pertinentes a este tema?

Permita-me engatar outra pergunta, Sr. Ministro. Embora haja bancos de desenvolvimento em outros países, a possibilidade de investimento em participações societárias por instituições de gênero não é muito comum. Qual é a sua avaliação sobre a viabilidade de o BNDES investir no mercado de capitais brasileiro por meio da BNDES Participações S/A — BNDESPAR? Eu pediria a V.Exa. que tecesse uma avaliação sobre a BNDESPAR.

A BNDESPAR participa de sociedades em grandes projetos e em grandes empresas. Nós temos no Nordeste grandes programas — grandes no sentido da amplitude social que esses programas podem oferecer a pequenas empresas no Nordeste na área de inovação e de desenvolvimento. Portanto, a BNDESPAR poderia direcionar mais os seus recursos nesta área, pois, sem dúvida, os



resultados seriam muito mais importantes, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista social.

Pergunto ainda se a BNDESPAR vai continuar com esse programa de participação societária, como fez em relação às grandes campeãs nacionais, ou se há algum direcionamento para mudanças nesse sentido, que é até um propósito desta CPI.

Por fim, gostaria de saber de V.Exa. se é importante a BNDESPAR continuar, se ela pode dar um novo direcionamento. O que V.Exa. acha desta nossa colocação?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Bem, a primeira pergunta é se o BNDES deve fazer uma avaliação mais rigorosa dos custos dos projetos. Considerando, por exemplo, que o BNDES apoia projetos específicos e projetos que representam programas de investimento de algumas empresas, quando a gente faz uma análise sob a ótica de projetos específicos, não é razoável que se possa inflar os custos do projeto porque, do ponto de vista da própria lógica da relação do empréstimo, ao elevar custos, você reduz o índice de cobertura da dívida e, conseqüentemente, você reduz a participação do próprio banco.

Portanto, em princípio, não interessa ao mutuário, sob a ótica estritamente de um projeto específico, inflar os custos do projeto. Evidentemente, ele assume o compromisso de pagar o empréstimo. Assim, ao inflar o custo, ele pode seguramente, de alguma maneira, estar atuando contra os próprios interesses.

Quando se trata de programas de investimento — esta questão se relaciona especificamente com a da PETROBRAS —, no caso de grandes empresas, o BNDES é chamado a participar e apoiar programas de investimentos de grandes empresas. A rigor, essa participação se deu, por exemplo, na PETROBRAS, na Vale do Rio Doce e, inclusive, em outras empresas privadas de papel e celulose. Nesse caso, não há efetivamente, vamos dizer, maior aferição, por parte do banco, dos custos. Evidentemente, os órgãos de controle estão trazendo novas diretrizes.

Eu acho, sim, meu caro Relator, que o banco pode, a partir dessas indicações, olhar mais para esses programas de investimento, ou seja, ter um olhar mais rigoroso sobre a questão dos custos. É desejável que isso aconteça, e eu acho que vai acontecer, como decorrência de todo este processo a que nós assistimos.



Com relação à BNDESPAR, eu gostaria de dizer que eu sou do tempo da EMBRAMEC e do IBRASA. A BNDESPAR é algo que resultou da existência de algumas empresas criadas ainda nos anos 70 exatamente para apoiar a criação da indústria mecânica, no caso da EMBRAMEC, e da indústria de insumos básicos, no caso do IBRASA. Então, eu sei o quanto foi importante, na época, estruturas como estas que poderiam fazer aportes de capital. Como naquele momento os grupos empresariais detinham muito pouca poupança, os projetos só eram viáveis se houvesse maior participação de recursos na conta de capital, ou seja, mais *equity*, mais participação de capital. Não fosse isso, os projetos não teriam se viabilizado à época — não havia como viabilizá-los à época.

Depois, essas empresas se transformaram na BNDESPAR, que é uma empresa de capital aberto que segue rigorosamente normas, por exemplo, da Comissão de Valores Mobiliários — CVM. O que se registra é que essa carteira do banco tem dado lucro ao banco. Nos últimos anos, 40% do lucro do BNDES provém dessa carteira de ações do banco, que representa, no entanto, 20% dos seus ativos, mas contribui com 40% do lucro dos bancos.

Outra coisa importante é que toda essa carteira é financiada por recursos próprios do banco — não há dinheiro do FAT nesta carteira. Os recursos são provenientes dos resultados do banco, que são aplicados e reinvestidos.

A BNDESPAR tem hoje na sua carteira, de forma direta ou indireta, através de fundos, participação em 280 empresas de 23 setores diferentes. É evidente que há setores em que ele tem maior participação. Mas, tirando aquela carteira compulsória e mandatária, por exemplo, porque hoje a maior parte são ações que o banco tem na própria PETROBRAS, eu acho que a carteira do banco tem hoje um perfil razoavelmente diversificado.

Porém, deve-se registrar que o Brasil hoje é diferente, eu reconheço. Há uma indústria de fundos, um mercado que está se estruturando crescentemente. O banco tem estimulado, por exemplo, o mercado de debêntures, um mercado secundário em que o banco pode ter um papel importante num maior acesso das empresas ao mercado de capitais. Mas não me parece algo impróprio o banco ter uma área de renda variável.



Dependendo das características do projeto, é muito interessante que o banco combine *equity* e crédito. Mesmo em alguns setores que são sempre muito apontados como de grande concentração nas aplicações da BNDESPAR, o banco tem resultados importantes na carteira. No setor de proteína, por exemplo, de carne, de frigorífico, o resultado dessa carteira hoje é muito expressivo, do ponto de vista patrimonial: o ganho do banco alcança nesta área quase 6 bilhões de reais, com a valorização dos papéis neste segmento.

Em resumo, eu acho que ainda é importante que o banco tenha uma área de participação de risco, quer dizer, de renda variável. Acho que o banco tem que ter mais conexão com o mercado de capitais, para que ele seja um instrumento que possa ampliar o acesso das empresas ao mercado de capitais, usando essa plataforma da BNDESPAR — a rigor, isso já acontece. Muitas empresas recebem o apoio da BNDESPAR e depois passam a acessar, de forma muito mais efetiva, o mercado de capitais. É como se fosse um selo nas próprias empresas.

Então, eu defendo a permanência de uma estrutura como a BNDESPAR na estrutura do BNDES.

Acho, sim, que o banco deve, em vista da ênfase que deve ser dada às políticas em inovação das pequenas empresas, das empresas que podem ter um papel importante na área do desenvolvimento tecnológico, ter participação e apoiar este processo que está em curso, dependendo da ênfase e da prioridade que seja dada setorialmente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, em relação à análise sobre eventual correlação positiva ou negativa entre tais investimentos da BNDESPAR e a variação da amplitude e da profundidade do mercado de capitais brasileiro, quais são as referências utilizadas para medir os resultados da BNDESPAR?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Uma das referências, evidentemente, é a própria qualidade da carteira do banco. O banco criou uma carteira ao longo do tempo, e o fato é que ela tem gerado ganhos para o banco. Este é um critério irrecusável: saber se o banco, ao assumir participações minoritárias, participações de risco, teve ou não ganhos neste processo. Esse é o primeiro resultado. Mas, como esta é uma área que pretende estimular o processo de formação de capital e ampliar o acesso das empresas brasileiras ao mercado de



capitais, eu acho que este ponto que se associa ao desenvolvimento e a uma maior maturidade do mercado de capitais no Brasil é algo que, à medida que o mercado se desenvolva, evidentemente exigirá um reposicionamento da posição da própria BNDESPAR.

Portanto, eu acho que este processo tem que estar associado ao desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, em 2013, documentos que tratam de financiamento do Brasil aos governos de Cuba e de Angola haviam sido classificados como sigilosos, com fundamento na Lei de Acesso à Informação. Com a decisão, o conteúdo dos papéis só poderia ser conhecido a partir de 2027. As razões invocadas para que fosse instituído sigilo eram relativas ao fato de os documentos conterem informações estratégicas e outras cobertas por sigilo comercial.

O Ministério apontava ser apenas o custodiante dos papéis relativos àquelas operações. Em junho de 2015, o BNDES passou a divulgar informações contidas nos contratos com Cuba e Angola em seu sítio eletrônico, fato que foi anunciado por V.Exa., em conjunto com o Presidente do BNDES.

Na ocasião, V.Exa. afirmou o seguinte, abre aspas: *“Há um núcleo que se deve proteger e estar dentro da lei de sigilo bancário, mas podemos e devemos oferecer informações ampliadas para a sociedade. As exportações são um vetor para a retomada da atividade, e o BNDES é o nosso principal apoiador nas exportações de serviços”*, fecha aspas.

Pergunto a V.Exa. quais foram as razões para a mudança de postura do Ministério do Desenvolvimento. Após as medidas de ampliação de transparência adotadas nesse ano, é possível que outras iniciativas sejam tomadas para que as atividades do banco sejam ainda mais conhecidas pela sociedade e pelos órgãos de controle? A classificação como sigilosa feita em 2013 incidiu apenas sobre as operações em Cuba e em Angola, ou alcançou todos os financiamentos à exportação realizados pelo BNDES?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Ministro, eu queria pedir a V.Exa. o poder de síntese que tem, porque nós já iniciamos a Ordem do Dia e ainda temos 12 Parlamentares inscritos para fazer os seus questionamentos.



Então, passo a palavra a V.Exa., para responder aos questionamentos do Relator.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu gostaria de dizer que tive a satisfação de ter desclassificado os documentos de sigilo. Portanto, tendo em vista a análise que fizemos e aquilo que está sendo demandado amplamente, que é mais transparência, que os elementos que de certo modo justificaram a classificação desses documentos com amparo na Lei de Acesso à Informação, nós entendemos que não se justificaria a manutenção dessa classificação. E aí, em nome da transparência, desclassificamos os documentos.

Evidentemente, a partir daí, o próprio banco, o BNDES, seguiu esse processo na sequência. O banco aderiu de forma ainda mais ampla a esse processo de transparência, onde todos ganham, a sociedade ganha. Isso não significa dizer que essa medida anteriormente possa ter sido feita de forma a que não se conformasse a lei. A Lei de Acesso à Informação considera a hipótese da classificação.

E, nessa área de financiamento externo, a experiência internacional demonstra que muitas instituições protegem as informações, porque, nesse acirramento da competição em escala global, elas se revestem de um caráter estratégico em alguns casos, até mesmo definindo o processo concorrencial. Dependendo da natureza dos bens, a condição do financiamento é mais importante do que o próprio preço dos bens ou dos serviços que estão envolvidos.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: o Brasil precisa ganhar em transparência, e nós demos esse exemplo. Nós desclassificamos os documentos. Agora, não vamos esquecer que o BNDES, por ser um banco, tem que observar a Lei de Sigilo Bancário em alguns casos.

Então, algumas questões ligadas às condições de análise de risco estritamente e às condições cadastrais não podem e não devem ser divulgadas pelo banco. Mas aquelas condições básicas da operação que foram, nesse caso, indicadas, nós desclassificamos. Nós tornamos isso transparente, e esse processo está no *site* hoje do BNDES.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a participação do Relator. Passemos agora à inscrição das Sras. e dos Srs. Parlamentares.



Pela ordem de inscrição, concedo a palavra inicialmente ao Deputado João Gualberto pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, a base do Governo e o PT têm tentado mostrar para a sociedade que o BNDES é mil maravilhas, e que a motivação desta CPI foi mais política, contrariando toda a expectativa que a população tinha com esta CPI do BNDES.

Nós não estamos conseguindo investigar absolutamente nada. Veja hoje o caso: o convite formulado para o senhor não foi feito pela oposição, que é quem tem o interesse de investigar; o convite foi feito pela base do Governo. As pessoas que a base do Governo convida ou convoca são pessoas que nós sabemos que não têm nada a acrescentar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Deputado João Gualberto, me desculpe. A vinda do Ministro foi em função do fato de ele próprio ter se oferecido a comparecer... Não foi a base do Governo que o convidou.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Deixe-me complementar. Ainda mais com a pessoa se oferecendo... É claro que quem vai se oferecer aqui tem pouco a acrescentar para a investigação. Nós queremos investigar. E eu digo isso, Sr. Ministro...

Por exemplo: na semana passada nós tentamos aqui convidar ou convocar um Procurador do TCU. Nós não conseguimos. O PT e a sua base nos impediram. Nós não conseguimos aqui investigar, por exemplo, o caso Friboi, que doou mais de 300 milhões para campanhas políticas do ano passado. A doação foi uma das campeãs. Outros frigoríficos já falaram aqui, e o Frigorífico Independência, por exemplo, quebrou em função das facilidades exageradas que tinha o grupo JBS, que não conseguimos convocar.

Então, é claro e natural que não tenhamos êxito na investigação do BNDES. Afinal de contas, a oposição ao Governo Lula e Dilma é de apenas 20%. Então, fica difícil para a oposição convocar aqui pessoas que possam contribuir na investigação do BNDES. Isso é natural.

E depois as pessoas do PT ficam se vangloriando, dizendo que nós não conseguimos descobrir nada. Realmente é muito difícil, muito difícil ficarmos investigando.



Vejam a diferença, por exemplo, da próxima semana, se o Bumlai vier... Hoje os membros do PT e da sua base aliada vêm aqui, passeiam e vão embora. Está todo mundo tranquilo. Não estão aqui presentes. Há quantas pessoas aqui? Há três, quatro ou cinco pessoas. As pessoas não estão presentes, porque entendem que o senhor, provavelmente, não vai falar nada que vai comprometer o BNDES ou porque não tem nada a falar ou porque é muito preparado. Temos visto isso na CPI do BNDES, PETROBRAS, etc. Então, realmente, não há nada para as pessoas do Governo.

Eu tenho aqui algumas perguntas para o senhor. O senhor falou do rigor da análise de crédito do BNDES. O senhor foi Presidente da CNI, é um empresário e sabe muito bem como é o rigor com as pequenas e médias empresas. Um Raimundo da Fonte, por exemplo, indústria do seu Estado, se quiser pegar apenas 10 milhões do empréstimo, não passa menos de 2 anos entre dar entrada no projeto e receber o primeiro parcelamento. Eu falo isso porque eu sou empresário do ramo de supermercado. Um supermercado lá em Pernambuco... Conversa com algum deles! Pede 10 milhões para construir uma loja para ver se ele passa menos de 2 anos...

Surpreende-me esse rigor e a qualidade da análise técnica do BNDES de três exemplos que eu vou dar aqui para o senhor: O Frigorífico Independência, por exemplo, se não me falha a memória, recebeu em torno de 500 milhões... Duzentos e cinquenta a última parcela. É porque era 500, mas não recebeu a outra. Em 6 meses pediu recuperação judicial. Então, queria saber onde está esse rigor.

Um membro do BNDES disse que foi uma falha. Eu falo da Lacto Brasil, que foi uma fusão de duas empresas. O BNDES já participava de uma das empresas, ou seja, já conhecia o setor. Perdeu mais — ajude-me, Sr. Relator — 500 milhões, a Lacto Brasil. É isso? Inclusive, o BNDES já pediu a falência desse grupo. Já deu como perdido. Isso num espaço de 6 meses. Recebeu o recurso e a empresa pediu a recuperação judicial.

No caso do Eike Batista, por exemplo, que esteve aqui esta semana, foram mais de 12 bilhões. Eu pedi uns documentos, umas informações ao BNDES, e eles nos informaram que quase todas as garantias, 99% das garantias do Eike Batista, eram carta de fiança. Vai tentar uma empresa normal com carta de fiança... Primeiro,



tem um custo alto. Nós suspeitamos de que uma carta de fiança tem um custo alto. Depois, ele conseguiu empréstimo para hotel, para porto, para tudo! Será que ele tem essa *expertise* toda? Também o BNDES... Está muito estranha essa história. Ele falou que não deve nada. Essa é uma curiosidade, porque as informações que o BNDES nos passou, não faz 1 mês, eram as de que muitos dos empréstimos ainda estão em vigor. Eles estão pagando para garantir a carta de fiança. Parece-me que ele vendeu o controle acionário, e o BNDES não nos informou isso. Foi renovado... Há outra carta de fiança agora. Aceitou isso.

Se eu não me engano, no BNDES, no Banco do Nordeste, quando você vende o controle da empresa, antecipa o vencimento. Então, em tese, teria que pagar tudo. Vou pedir mais informação ao BNDES, se há uma nova carta de fiança e se, para aqueles que já venceram, foi executada a carta de fiança. Parece-me que só uma de 600 milhões executou a carta de fiança, de mais de 12 bilhões.

Então, o que se fala, o que tentam mostrar aqui do BNDES, na vida real não é assim! O senhor — insisto — converse com os empresários, com os médios e com os pequenos para ver se é isso realmente, para ver se é um banco tão aberto à sociedade para financiar, para empreender. Mas, para os grandes, não tenha dúvida de que isso tem acontecido.

Então, eu sei que o senhor tem muito pouco a contribuir. O senhor é Ministro da Presidenta Dilma. O senhor tem um cargo de ultraconfiança. Mas, por exemplo, esses projetos do Governo de que o senhor já falou... O financiamento... Vocês não observam muito o projeto. Quinhentos milhões... Se eu entendi bem, é 1 bilhão, independente... Vocês não fazem análise do custo do projeto. Então, eu pergunto: por exemplo, o Porto de Mariel... Empréstimos para países ditatoriais, que não têm democracia, que não têm controle, etc... Imaginem se o projeto lá custa 500 milhões. O BNDES financia, por exemplo, 600. Será que os 100 milhões não podem ficar para propina? Pagar propina lá não é muito mais fácil? O senhor muito bem percebeu no mensalão que o Duda Mendonça diz que recebeu dinheiro lá fora. Recebeu em dólar lá fora. Ele confessou que recebeu esse dinheiro. Será que em parte desses empréstimos feitos para esses países lá fora não tem dinheiro? Mesmo que entre aqui, na conta do construtor, da empresa brasileira que está construindo, será que parte não fica em propina lá fora? Isso é uma pergunta.



Se o senhor quiser esclarecer isso, eu agradeço muito. Mas eu não tenho muita expectativa. Não estou falando nada do senhor, não o estou censurando. Mas, nós percebemos, quando vêm pessoas ligadas ao Governo, despreparadas, que nós conseguimos investigar. Eu gostaria que estivesse aqui o Bumlai, na próxima semana, por exemplo. Mas, o PT está recorrendo. Vai recorrer agora ao Presidente da Casa para que o Bumlai não venha na próxima semana. Esse, sim, tem muito a contribuir. O senhor, pelo que me consta — conheço mais ou menos o seu passado —, tem pouco a contribuir. E o senhor é Ministro da Presidente Dilma, então, não vai nos falar aquilo que gostaríamos.

Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Muito bem. Mesmo sabendo que eu não vou atender à expectativa de V.Exa. — nesse sentido eu lamento, porque V.Exa. de antemão já revela que não tem muito interesse nos meus eventuais esclarecimentos —, eu queria dizer que entendo que o papel da CPI, respeitando evidentemente as prerrogativas da CPI, é fazer um debate amplo sobre o tema, sobre a instituição, sobre os aspectos da política industrial.

O Banco não atua de forma isolada. Portanto, nessa perspectiva, compreender melhor as características da instituição, o seu papel, as suas operações e a natureza delas é do interesse desta CPI, independentemente da questão, vamos dizer assim, de eventuais irregularidades que possam ser identificadas. Mas, evidentemente, a CPI tem uma dinâmica própria, tem prerrogativas próprias no cumprimento da sua missão, pode chamar quem quiser. De resto, essa é uma questão que livremente os Parlamentares que integram a Comissão devem definir.

Com relação às questões que V.Exa. aqui colocou, eu queria dizer o seguinte: é evidente que um banco que tem os ativos que o BNDES tem, que alcançam bilhões e bilhões de dólares nos seus ativos, é evidente que algumas operações ele não pode... Não há banco que não tenha risco ou que não tenha alguma perda nas suas operações. Não há seguro absoluto contra o risco de operações de crédito. Não há seguro absoluto. Por quê? Porque, no mundo real, eu posso... No momento em que tomei um empréstimo, eu posso ter a minha empresa muito saudável e, daí,



há pouco tempo, por mudanças de mercado, por algumas condições que ocorrem supervenientemente, a minha empresa muda, passa a ter dificuldades.

Portanto, há variáveis que o Banco não controla. Imaginar que um banco não tenha risco e que não tenha perda de crédito é irrealista. Eu não conheço nenhum banco que não tenha, na sua carteira, perda. Daí, inclusive, os bancos fazem provisões. Todos os bancos...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Sr. Ministro, desculpe-me interromper, mas eu não estou falando que não vai haver risco, que não vai acontecer isso, estou falando de 6 meses, de 6 meses após.

O senhor sabe que uma empresa, para pedir recuperação judicial, já vem tendo problema há 2 anos. Primeiro, ela deixa de pagar os impostos, deixa de pagar fornecedor. Por exemplo, o Bumlai, quando recebeu aproximadamente 300 milhões, já devia 100, tinha pedido de falência! O pedido de falência é público. Será que não mereceria um rigor maior nesse empréstimo? Não é isso que eu estou falando. Pode perder.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem, V.Exa. está trazendo a questão específica do Bumlai. Eu não tenho aqui elementos para poder esclarecer V.Exa., mas, com relação...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Eu estou afirmando isso para o senhor.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Muito bem. Mas eu estou dizendo que não tenho aqui os dados para dizer a V.Exa. O que V.Exa. está afirmando, eu não posso confirmar, porque não tenho os elementos.

Com relação...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Em sendo verdade isso que eu estou falando, o que o senhor acha?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Com relação ao Grupo Independência, de que V.Exa. falou...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - E quanto ao Bumlai, em sendo verdade que ele já tenha pedido falência e recebido 300 milhões?



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Embora respeitando a fonte de V.Exa., conhecendo as normas do Banco, eu não considero a hipótese de ele ter feito isso já com o pedido de recuperação judicial.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Não. Eu não falei isso. Falei do pedido de falência de fornecedor. Foi isso o que eu falei.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Também acho que o Banco não teria conhecimento desse fato. O Banco não teria feito...

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - O pedido de falência é público.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem. Eu volto a dizer a V.Exa. que não estou desconsiderando a sua informação, mas não tenho como confirmar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Em sendo verdade, seria um absurdo. Em sendo verdade o que eu estou falando, seria um absurdo o BNDES fazer isso.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - O que eu posso dizer é que isso não se conforma às regras e à postura do Banco.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Ah, bom. É isso mesmo. Deve ter sido até exceção. O.k. Era isso que eu queria escutar.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não. Eu não disse que era, eu estou dizendo que isso não ocorre dentro das normas e da postura do Banco. Agora, não com relação ao Independência, que V.Exa. citou. V.Exa. falou no caso do Independência, falou no caso do Eike Batista. Com relação a esses, eu posso dar algumas informações a V.Exa.

Por exemplo, no caso do Independência, depois que o Banco fez um empréstimo, instituições privadas, inclusive internacionais, também fizeram operações com esse grupo. Portanto, é algo que, no mercado, nas condições do mercado, essa empresa recebia créditos de uma maneira geral. Portanto, não se constitui em nenhuma, vamos dizer, excepcionalidade o fato de o Banco ter emprestado ao Independência.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Mas, Ministro, pelo que eu tenho conhecimento os bancos privados tiveram garantia real, diferente do BNDES.



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem, o que eu quero dizer a V.Exa., também, em relação à questão do Eike Batista, o que eu sei é que esses desembolsos todos estavam garantidos por... Foram honrados pelo próprio grupo grande parte deles, só vieram a ser desembolsados 8.8 bilhões. Em grande parte, esses recursos foram honrados na época, foram pagos ao Banco. E havia fianças bancárias, havia fianças bancárias. Portanto, o fato de o Banco, o BNDES ter recebido uma fiança bancária, significa que o BNDES fez... tratou a questão das garantias com rigor, porque ele exigiu fianças do grupo a quem ele emprestou os recursos.

Portanto, parece-me que isso só acentua o rigor do Banco, que exigiu fiança bancária para poder conceder a operação. E há outras operações, que V.Exa. falou, que correspondem ao seguinte: à grupos novos que assumiram as empresas, algumas empresas que eram do grupo Eike Batista, e que, a juízo do Banco, são grupos idôneos e que podem honrar os compromissos adiante.

Portanto, no caso do grupo Eike Batista, reconhecidamente, o BNDES não teve riscos e não teve perdas, a exemplo do que ocorreu com outras instituições. Portanto, parece-me que, no caso do Independência e do grupo Eike Batista, a que V.Exa. se referiu, eu acho que o Banco se colocou e se portou de modo a que isso abonasse a conduta dele, a tradição dele, que é tratar com o rigor, com o rigor devido essas operações.

**O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO** - Desculpe-me, eu não concordo.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu respeito a opinião de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Miguel Haddad) - O próximo orador inscrito é a Deputada Cristiane Brasil, pelo tempo de 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, querido Ministro Armando Monteiro, demais Deputados presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o nosso Ministro pela disponibilidade de prestar esclarecimentos a esta CPI, de pronto. Desde agosto, S.Exa. se colocou à disposição, e isso denota o seu caráter colaborativo e a sua



preocupação com esta instituição, que, de fato, é uma instituição muito importante para o Brasil, indubitavelmente.

Faço minhas as suas palavras com relação à altíssima qualidade do corpo técnico do Banco, que, aos poucos, vem demonstrando aqui a sua capacidade, o seu amor pela instituição e também aclarando nossas dúvidas com relação — vou usar a expressão —, à “caixa-preta” que o Banco se tornou por algum tempo.

Eu queria garantir ao Ministro que o objetivo da CPI também é a preservação dessa instituição. Só que nós vamos focar num aspecto, que hoje tem sido o motivo de todas ou da maioria das grandes crises que temos vivenciado no Brasil, que são as pessoas, os personagens, e as suas relações; como os técnicos, como os políticos, como os empresários podem se relacionar entre si, desde que isso não configure nenhum tipo de abuso, nenhum tipo de crime, nenhuma infração que prejudique a sociedade brasileira. Esse, talvez, seja o nosso maior desafio na CPI.

Uma outra coisa que eu queria colocar, Ministro, é que se a relação da instituição com os órgãos de controle, com próprio Parlamento, com a própria imprensa, com a própria sociedade, está sendo absolutamente questionada neste momento, isso se deve a uma arrogância do próprio corpo técnico, que, inclusive, fez mea-culpa com relação a isso, pois, em dado momento, foi entendido por eles que eles não precisavam dar informações, dar entrevistas, prestar contas aos órgãos de controle, e, com certeza, isso azedou a relação entre esses atores, de forma que o Banco realmente tornou-se, diante da sociedade, uma “caixa-preta”.

Já é difícil para nós entendermos toda essa tão específica, tão técnica engrenagem que faz do Banco o que é. Como bem nos falou, inclusive, o Procurador do TCU ontem, ele declinou de fazer parte do Conselho do BNDES há anos, porque percebeu que a complexidade era muito maior do que ele poderia entender naquele momento.

E apesar de o BNDES ser uma instituição muito importante para o desenvolvimento do País, ainda mais para o desenvolvimento industrial, que o senhor há tanto tempo defende, há tantos anos incentiva, o senhor luta por esse setor que é fundamental para a nossa economia, apesar disso, numa entrevista, numa visita que fizemos ao Procurador ontem, por conta dessa relação difícil, nessa reunião ele colocou diversos aspectos que, se o senhor ouvisse dele, também ficaria



preocupado, certo? Ele fez críticas contundentes a determinadas atitudes não transparentes do Banco. A maioria delas relacionada à pessoa... No caso dele, não, porque ele trabalha com evidências, provas e contas. A avaliação da Procuradoria do TCU se baseia muito em documentos, em provas documentais. O que ainda é pior.

Mas como eu falei aqui, nós estamos preocupados com a maneira como vamos mostrar para sociedade que nós temos alternativas para proteger o empresário, para proteger a instituição Banco, BNDES, com todo o seu corpo técnico, com todas as suas práticas, que são de fomento, e também a relação entre Governo, instituição e empresários. Talvez esse seja o maior dos nossos desafios.

Um ponto que eu tenho... Acabou? Vou usar meu tempo de Líder, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Assim que chegar à mesa, eu vou conceder a V.Exa.. Eu peço a V.Exa. para ser rápida. A Ordem do Dia já se encerrou, e nós temos ainda 11 Parlamentares para serem ouvidos.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Não, mas eu vou ser rápida, até porque já estou acabando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - Um dos pontos que eu queria abordar, sobre o qual eu queria ouvir um pouco a sua opinião, como Parlamentar, como empresário, como Ministro, é o financiamento eleitoral. Hoje, proibido o financiamento privado, ou o financiamento é público, que já há, ou é um financiamento de pessoa física.

O meu entendimento é que uma empresa que recebe aportes vultosos de bancos de fomento, do poder público de uma maneira geral, também é uma empresa não privada. Mas ela é paraestatal, porque entra muito dinheiro público ali. E, na verdade, a população, que se torna sócia dessa empresa, não sabe, pelas relações interpessoais, quanto desse dinheiro é público e quanto desse dinheiro é privado, que vai para doações de campanha, etc. Nesse aspecto, eu penso que uma das soluções seria proibir, e proibir por pelo menos alguns anos, que empresas que recebem esses vultosos incentivos fizessem doações eleitorais, ainda mais essas que são sócias do Governo.



Então, eu queria ouvi-lo um pouquinho nesse sentido, agradecendo a sua presença e, como sempre, dizendo que, na minha opinião pessoal, V.Exa. é o melhor Ministro deste Governo.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Quero agradecer muito à Deputada Cristiane Brasil. Agradeço-lhe as referências, que acho que estão um pouco contaminadas pela nossa relação pessoal. Mas eu quero lhe dizer que ouvi atentamente as suas colocações em relação à necessidade de aperfeiçoar os processos de controle social, de maior, vamos dizer, transparência nas relações. Portanto, eu acho que isso é um imperativo, eu diria, da sociedade brasileira, que clama por um aperfeiçoamento amplo desses processos, no sentido de conferir mais transparência, fortalecer os mecanismos de controle social. Independentemente da visão em relação estritamente ao BNDES, eu acho que a sociedade brasileira demanda isso em grande medida e eu acho que o que pudermos avançar nessa direção me parece que é algo desejável e importante.

Com relação, especificamente, ao ponto que a Deputada traz sobre o financiamento eleitoral, eu acho que essa é uma discussão muito própria e muito oportuna. Hoje, em função das medidas que foram adotadas, o financiamento empresarial está proibido — ao que parece, está proibido. Mas, ao longo do tempo, esse processo obedeceu a uma série, vamos dizer, de avanços e de cuidados. Por exemplo, concessionária de serviço público não pode fazer doação eleitoral. Nós já tínhamos isso como um marco importante. E instituições, por exemplo, com características de sindicatos também não podem.

Então, eu acho que nesse processo é, sim, razoável que se discuta isso que V.Exa. está colocando. Realmente, é algo que se deve discutir. Eu acho que é uma discussão que o Congresso, que especialmente os legisladores e os Parlamentares têm que fazer. Acho legítimo que isso seja feito, e acho que não é algo impertinente, de forma alguma.

Portanto, eu quero dizer que V.Exa. tem razão em poder discutir temas como esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Delegado Edson Moreira.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Ministro, V.Exa. foi muito elogiado aqui hoje de manhã. Todo mundo veio aqui e elogiou V.Exa. Então, V.Exa. deve ser de uma competência ímpar.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não sou, não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Pelo que o pessoal falou aqui, V.Exa. é.

**A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL** - É, sim.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Então, eu vou só fazer umas perguntinhas, porque, na realidade, no tempo em que aconteceram os problemas, V.Exa. não estava no Banco, não é isso? Quanto tempo faz que V.Exa. está no Banco?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Estou desde o início do Governo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Deste Governo?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Deste segundo Governo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Do segundo Governo, né?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - É, desde 1º de janeiro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - De 2014?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - De 2015.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - De 2015?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - De 2015.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Seria possível, Ministro, interpretarmos que quem manda no País manda no Banco, não é isso?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Quem manda no País manda no Banco?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Na parte executiva.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu acho o seguinte: quem manda no País tem um mandato que lhe foi democraticamente conferido.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não, Ministro, espere aí. Eu quero saber se tem ingerência diretamente no banco, se administra o banco.



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Ah, sim. Quem administra os bancos são os seus diretores e os seus órgãos (*ininteligível*). Agora, a política do banco, a política a que o banco se subordina é defendida pelos governos. Tem sido assim ao longo do tempo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Então, se determinada empresa vai fazer uma obra, vamos supor que seja a Abreu e Lima, financiada pelo BNDES.... Uma parte foi financiada pelo BNDES, não foi?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Sem dúvida nenhuma. O financiamento foi feito à PETROBRAS, que é a maior companhia brasileira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu estou falando hipoteticamente, não estou falando que aconteceu isso. Eu estou falando de uma hipótese, que pode ter acontecido também. Por exemplo, a obra fica superfaturada, dolosamente — dolosamente, ela é superfaturada —, o banco empresta o dinheiro, e, através desse superfaturamento, a parte que foi superfaturada é dada a quem facilitou esse empréstimo do banco, ou não? Eu estou falando hipoteticamente.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem, eu não conheço essa fisiologia a que V.Exa. está se referindo. Eu não sou afeito a ela. Não sei como é esse mecanismo. Se existe...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - O senhor já ouviu falar do *iter criminis*?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não. Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: a PETROBRAS recebeu o apoio financeiro do BNDES. Aliás, esse apoio foi dado não apenas ao projeto da Abreu e Lima, mas a vários projetos da companhia. O apoio do BNDES à PETROBRAS, que era a maior companhia brasileira, chegou a alcançar 25 bilhões de reais. No momento em que o financiamento foi feito, não havia ainda nada que apontasse o superfaturamento ou a existência de práticas que apontassem para um processo de superfaturamento provadamente.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Mas agora já há, lá no Paraná.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu quero dizer a V.Exa. que, no momento em que foi concedido o financiamento, não havia essas



evidências. Evidentemente que tudo o que ocorreu a partir daí nos aponta para a necessidade de apurar amplamente, punir os responsáveis, as empresas que se beneficiaram desse processo. Tudo isso é um processo que está em curso. Agora, a decisão do BNDES de apoiar financeiramente projetos de grande importância, do ponto de vista estratégico e regional, da maior companhia brasileira, que era a PETROBRAS, não me parece nada estranho, em princípio.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - O senhor conhece o *iter criminis*? O senhor sabe o que é *iter criminis*?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - *Iter criminis* significa caminho do crime — cogitação, preparação e execução. O caminho do crime, no caso da PETROBRAS, foi consumado. Está consumado, já foi até julgado, e muita gente foi condenada. Então o crime ocorreu. O que eu me pergunto é o seguinte, sempre hipoteticamente, porque não posso afirmar nada uma vez que não conheço o processo, mas com base no que eu vi na imprensa: é possível que tenha acontecido isso?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu não posso falar sobre essa hipótese. Eu acho que o processo, como V.Exa. disse.... V.Exa. não conhece o processo.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não, mas eu conheço o Direito, eu conheço a investigação. É por isso que estou perguntando hipoteticamente.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu não conheço o processo, portanto não posso falar sobre hipótese. Agora, quero dizer a V.Exa. o seguinte: o Brasil quer que todas essas responsabilidades sejam apuradas.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Isso é óbvio.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Que sejam punidos os responsáveis! Que as empresas que se beneficiaram dessa prática devolvam, reparem, promovam as indenizações que são necessárias à própria companhia, a PETROBRAS! Portanto, isso tudo eu defendo, como tenho certeza que V.Exa. defende.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Com certeza.



Só para encerrar, eu vi que todos os elogios que foram feitos aqui a V.Exa. cabem-lhe diretamente, porque V.Exa. realmente consegue driblar com galhardia, com maestria, as perguntas que são feitas.

É só isso. Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu agradeço a V.Exa., mas sempre fui um mal jogador de futebol. Driblo mal.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não parece. Não parece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jorge Côrte Real, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE CÔRTE REAL** - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Armando Monteiro.

Veja, Sr. Presidente, que é uma responsabilidade muito grande a da CPI. Evidentemente, nós, enquanto Congresso Nacional, temos que apurar e esclarecer à sociedade brasileira tudo o que ocorre neste País, principalmente em entidades, de certa maneira, governamentais, importantes, como é o BNDES.

Mais importante ainda é a maneira como o assunto tem sido tratado, com seriedade, nesta CPI. Eu tenho notado, também, através dos tempos e das colocações que se fazem, uma maneira com que eu discordo, nessas colocações que induzem e fazem com que as empresas brasileiras fiquem desmoralizadas e descredenciadas até no exterior, fazem com que as empresas brasileiras percam valores, fazem com que seus quadros também se desvalorizem, e fazem com que até a própria sociedade brasileira fique suspeita, principalmente na visão de países mais desenvolvidos.

No entanto, aqui nesta CPI, eu noto um equilíbrio, uma vontade de averiguar os fatos, buscar as verdades, sem evidentemente prejudicar o funcionamento da entidade, e, como já foi dito aqui, prevalecendo e reconhecendo a qualidade técnica dos que fazem a instituição. Evidentemente, se for apurado algum fato aéctico ou que não condiz com a realidade, com certeza todos serão pontuais.



Ministro, primeiro, eu gostaria de lhe parabenizar pelas colocações que V.Exa. fez aqui. Eu acho que, em termos de planejamento estratégico, a visão de futuro do BNDES, dentro da sua lógica, e do seu projeto, como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi bem colocada, mas algumas mudanças e alguns avanços eu acho que nós poderíamos já encaminhar, se é que V.Exa. e sua equipe já não estão fazendo, em função desses novos tempos, em função do que nos aguarda daqui para frente.

Não tenho dúvida de que a saída para este País voltar a ter uma realidade de crescimento econômico, inclusive por falta de recursos dos governos, seria buscar um apoio de financiamento na iniciativa privada. As privatizações, as PPPs e as concessões são fundamentais. E vejo como fundamental, Ministro, a participação do BNDES nesse ponto, no sentido de que as regiões menos favorecidas poderiam ter linhas de crédito diferenciadas para haver uma compensação. Senão, nós vamos ter mais uma vez a concentração de investimentos nas regiões mais viáveis, nas regiões mais favorecidas, onde os investimentos foram, através dos tempos, sempre direcionados para essas regiões, o que fez com que ocorresse um fosso muito grande entre essas regiões e as regiões menos desenvolvidas.

A segunda questão que V.Exa. tocou aqui, e é necessário também, é aprimorar linhas de crédito de financiamento para pequenas e micro empresas. Hoje, evidentemente, o cartão que a gente chama cartão de crédito ou cartão de financiamento é muito importante, mas precisamos avançar mais, além de tudo, porque o número de pequenas e micro empresas, com o novo Super-SIMPLES, também aumenta mais. Então, nós temos que inovar e buscar essa melhoria.

No mais, Ministro, quero mais uma vez lhe parabenizar e traduzir a minha confiança no sentido de que, sob a sua liderança, nós temos certeza de que vamos vencer essas dificuldades e vamos partir aí para um futuro melhor e um desenvolvimento sustentável através, principalmente, da indústria. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Jorge Côrte Real. Indago ao Ministro se deseja fazer alguma explanação. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Rapidamente, agradeço a manifestação do Deputado Jorge Côrte Real. Considero que essas suas colocações



correspondem inteiramente à nossa visão de que há de se ter um olhar para a questão do desenvolvimento regional. Especialmente na infraestrutura há um reconhecimento de que, no processo de concessões, os projetos de regiões menos desenvolvidas se tornam menos atrativos ao setor privado. E, na medida em que há um esgotamento da capacidade do setor público de bancar esses investimentos, através, por exemplo, do Orçamento da União, é evidente que o BNDES pode desempenhar um papel importante no sentido de apoiar de forma mais efetiva os projetos que se situam em regiões menos desenvolvidas.

Então, eu compartilho com V.Exa. essa preocupação e também acho que, em relação à micro e pequena empresa, reconhecendo o extraordinário avanço que ocorreu com o advento do cartão automático e com a ampliação das aplicações do banco no segmento de micro e pequena empresa, nós precisamos avançar e fazer mais neste segmento. Portanto, eu estou absolutamente de acordo com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Ministro.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Carlos Melles. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Sr. Relator, caros Deputados e visitantes. Ministro Armando Monteiro, é uma alegria grande recebermos V.Exa. aqui. Obviamente, o Delegado Edson Moreira, que está chegando aqui e os mais novos tiveram um tempo para saber o porquê dos elogios a V.Exa. merecidamente feitos aqui. Eu não ouvi todos, mas eu quero dizer aos colegas Deputados e membros desta Comissão que eu tenho 20 e poucos anos na Casa, como o Ministro Armando. Foi Deputado e colega, com o Deputado José Rocha, quando chegamos aqui, em 1994, 1995. Foi realmente um período saudável.

Eu queria dizer a V.Exa., Ministro, que eu concordo com praticamente tudo, mas eu queria alertar o amigo de algumas coisas que nós estamos vendo aqui dentro. V.Exa. cabe em qualquer governo. É um presente para o Governo do PT ter um Ministro do seu quilate. Quem ganha são o Governo e a Nação brasileira. Não sei se vão deixar V.Exa. fazer o que sabe e o que pode fazer, como fez na CNI e por onde passou. Temo que não.



Este Governo, nos últimos 12 anos, fez pessoas de muita esperança, como o Ministro Roberto Rodrigues, o próprio Ministro Furlan e alguns outros, serem piores ou parecerem piores do que são pelo desempenho proporcionado a este Governo. Mas esses dias eu vi um artigo. Nós fizemos aqui, com o Presidente Marcos Rotta e o colegiado, um levantamento, e isso tem sido repetitivo. Entre praticamente 2 mil matérias que colecionamos do BNDES, mais de 90% falam mal do BNDES. Quando eu entrei no Ministério do Esporte e Turismo, 97% das matérias falavam mal do Ministério. Eu falei: “*Não posso ser Ministro com isso.*” E fizemos uma inversão, uma reversão. Mas havia os bingos, havia coisas que nós tínhamos que atacar de forma muito frontal.

Eu acho que hoje vamos ter que atacar algumas coisas. Admito que financiar a PETROBRAS é quase o óbvio: a maior empresa brasileira, cotada a quase 300 bilhões. Mas a PETROBRAS, confesso — e aí eu falo com conhecimento de causa desde 2008, 2009 —, não merecia mais ser financiada pelo BNDES em função pela forma de gestão dos projetos, pelo Dr. Sérgio Gabrielli e a equipe que estava lá, porque o TCU e nós aqui na Câmara já tínhamos detectado má governança no processo da PETROBRAS.

E aí, partindo desse pressuposto, nós vamos ter aqui, na terça-feira, o Sr. Bumlai. Analisando os antecedentes do Grupo Bertin com o Bumlai, com o JBS, Ministro, não dá para aceitar que não há uma ingerência de governança. O que o BNDES fez, nos últimos tempos, com o setor de lácteos também não pode ser aceito como uma boa governança. Então, mais como o brasileiro responsável e amigo de V.Exa., acho que nós devemos olhar isso mais de perto.

É óbvio o tanto que o BNDES cresceu nos últimos anos. As empresas do BNDESPAR também cresceram. O lucro da Vale, em termos de crescimento, até hoje não dá prejuízo ao BNDES. O Dr. Eike Batista falou aqui: “*Eu não dei prejuízo ao BNDES*”. Mas, se houver uma análise de custo de oportunidade entre o financeiro e o contábil, deu sim. Não se pode admitir que, com o repasse dos bilhões que nós estamos passando subsidiados, não haja um déficit nas contas desse banco ou obviamente do Tesouro Nacional, que é o repassador.

Eu faço essas observações porque ontem houve má interpretação. Como V.Exa. sabe, nós usamos muito o TCU como nosso escudo, que nos dá referências.



E o TCU tem hoje restrições. O Dr. Marcos Pessoa tem um artigo falando da falta do Sistema S, com a qual nós todos concordamos, no BNDES: do retorno social, do retorno financeiro e econômico, se der. Mas, se não houver o retorno social, ele está deixando de cumprir sua função.

Nessa métrica que foi falada aqui, precisávamos realmente saber quanto de emprego foi gerado para cada real investido. É preciso fazer essa contabilidade com um viés um pouco social, porque o que conta mesmo neste País é a geração de empregos, que é o que desencadeia todo o processo depois de verticalização, horizontalização de crescimento.

Mais uma vez, falou-se muito aqui em micro e pequena empresa. Eu também quero fazer mais um elogio a V.Exa. Eu tive oportunidade de presidir a Comissão Especial. O Deputado Luiz Carlos Hauly foi Relator e o Deputado José Pimentel esteve apoiando. V.Exa. foi fundamental à CNI e continua sendo nesse processo. O caminho do micro e pequeno empresário e do Microempreendedor Individual — MEI, vamos dizer assim, é um caminho de crescimento sem volta.

Hoje eu não diria que nós podemos ter a mesma tranquilidade que tínhamos de falar da excelência técnica do BNDES, como da excelência técnica da PETROBRAS e dos próprios fundos de pensão. Acho que houve uma contaminação preocupante nesse setor.

Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu quero registrar aqui a satisfação de participar desse debate e de ter aqui a oportunidade de interagir com o meu amigo Deputado Carlos Melles, que eu respeito muito e com quem tive a oportunidade de conviver aqui durante um longo tempo.

Quero também dar um testemunho do trabalho que V.Exa. sempre realizou aqui, muito sintonizado com essas demandas, as melhores demandas da sociedade: a visão do papel da micro e pequena empresa, da agenda econômica, da melhoria do ambiente de negócios no Brasil. V.Exa. conhece muito bem todos esses temas.

E eu registro essas colocações feitas por V.Exa. no sentido de que o Brasil precisa aproveitar para aperfeiçoar o processo de governança corporativa, e até creio que alguns episódios recentes que nos apontam algumas mazelas, sem nenhuma dúvida, contribuirão para que o Brasil aperfeiçoe o processo de



governança corporativa de suas empresas de forma ampla. Nesse sentido, eu tenho certeza de que nós vamos caminhar firmemente nessa direção.

Prezadíssimo companheiro Deputado Carlos Melles, no início da minha fala, eu disse que esta CPI — ainda que cercada no início de certa preocupação, sobretudo em relação à constatação de que uma instituição financeira como o BNDES pudesse ficar, vamos dizer, sob o crivo de uma discussão que, ao final, pudesse concorrer para desprestigiá-la —, pela condução e pelo rumo que os debates têm tomado aqui, na minha avaliação, seguramente vai representar um marco importante para que possamos fortalecer o processo de governança, melhorar o controle social, porque eu acho que é isso o que se busca fundamentalmente.

Portanto, eu disse que todas as instituições são suscetíveis de aperfeiçoamento. E me permita esta avaliação: eu acho que o banco, ao longo do tempo, teve uma extraordinária resiliência, certa capacidade de se ajustar às mudanças que ocorreram no ambiente econômico e responder de maneira adequada. Lamentavelmente, às vezes se espera do banco algo que está acima do papel de um instrumento financeiro como é essa instituição. Acho que houve no Brasil muitas questões que terminaram por prejudicar o desempenho de alguns programas e que decorreram do próprio processo macroeconômico do País.

Portanto, o banco não resolve certas questões macroeconômicas — nem pode resolver. E evidentemente a suas políticas são afetadas de forma direta por esse processo. Mas, em última instância, eu faço esse registro em relação às colocações de V.Exa. e acho que nós vamos, sim, poder aperfeiçoar o processo de governança corporativa no Brasil em benefício do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Ministro, inclusive, pela gentileza das palavras direcionadas a esta Comissão e aos seus integrantes.

Passo a palavra agora ao próximo orador escrito, o Deputado Sérgio Vidigal.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** -Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Vice-Presidente, Miguel Haddad; nosso Relator, José Rocha; quero aqui cumprimenta-los, bem como os demais Parlamentares e especialmente o Sr. Ministro Armando Monteiro Neto.



Sr. Ministro, eu gostaria de fazer alguns questionamentos. Gostaria de iniciar com o questionamento baseado numa fala do ex-Presidente do BNDES, o Sr. Carlos Lessa. Em audiência realizada nesta CPI, ele foi questionado sobre os subsídios que são oferecidos no financiamento do BNDES e que serão pagos pelo contribuinte. Respondeu o seguinte:

*“O subsídio é o instrumento de política econômica. O subsídio não é pecado nem virtude, depende. Qual ele é, quanto ele é e para o que ele está sendo utilizado. Mas quando pactuamos, por exemplo, que o idoso não paga passagem no transporte coletivo, aceitamos pagar mais caro para subsidiar a empresa para oferecer esse benefício.”*

Em 2016, o custo dos empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES e ao Programa de Sustentação do Investimento — PSI baterá um novo recorde. A estimativa oficial é de que o Tesouro terá um prejuízo de 38,6 bilhões.

Eu queria aqui, Sr. Ministro, fazer uma pergunta ao senhor. Em uma época de crise fiscal, a sociedade vai conseguir suportar esse nível de subsídio, o senhor imagina, por muito tempo?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Quero agradecer a pergunta, Deputado. Acho muito própria, muito pertinente. Primeiro, quero dizer que subsídio não é em si mesmo algo ruim ou bom, como disse o professor Lessa. O subsídio é algo que se utiliza tendo em vista os objetivos, vamos dizer, da política que se formula e que se define. Mas é evidente que os subsídios precisam ser permanentemente escrutinados, no sentido de avaliar se o custo desse subsídio se traduziu no retorno que a sociedade deseja. Portanto, essa é uma medição que temos que fazer permanentemente. Aliás, todos os programas governamentais, independentemente do grau de subsídio deles, deveriam ser avaliados permanentemente com relação aos seus resultados e àquilo que proporcionaram verdadeiramente à sociedade. No Brasil, há certa tendência de se reproduzirem programas, independentemente da avaliação dos resultados que eles produziram. E no caso de subsídio, precisamos sempre ter em mente que esse custo é um custo



com que a sociedade arca. Portanto, precisamos avaliar o grau de efetividade, vamos dizer, de benefícios que ele proporcionou.

É evidente que esse subsídio é maior na medida em que o Brasil tem, por assim dizer, algumas pressões inflacionárias que terminam por estar reproduzidas na taxa SELIC. Então, como o BNDES é um banco de investimento, a taxa de juro de investimento precisa ser uma taxa que estimule o investimento, precisa oferecer uma previsibilidade ao mutuário no horizonte do investimento, e no Brasil a taxa SELIC ainda flutua muito, o que é que acontece? Esse processo ainda de certa instabilidade que o País experimenta, com pressões inflacionárias, termina por aumentar esse custo, que está representado pela diferença entre a SELIC, a taxa de captação e a Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, que é utilizada pelo BNDES.

A pergunta é: nós estimularíamos o investimento com esses problemas que o Brasil tem com taxa de juro muito alta se não tivéssemos uma taxa de juro diferenciada para o investimento? É evidente que não teríamos como estimular os investimentos se tivéssemos que trabalhar com as taxas de curto prazo, taxas interbancárias de curto prazo. Nós não viabilizaríamos o investimento. Então, o natural é que o Brasil possa convergir para uma situação de estabilidade, em que haja uma convergência entre a TJLP e a SELIC, mas a convergência se dando pela queda da SELIC, e não pela elevação da TJLP. É o que nós desejamos. Então, esse custo fiscal maior ou menor está refletindo isto, a diferença da SELIC.

Eu quero dizer a V.Exa. que reconheço que esse custo fiscal é alto. O volume de recursos alocados pelo Tesouro chegou a alcançar quase 500 bilhões de reais; portanto, o carregamento, esse custo é um custo alto. Portanto, com essa crise fiscal que estamos enfrentando, a manutenção desse custo é difícil. Daí a redução dos programas. O nosso PSI este ano vai ser muito menor do que já foi, exatamente pela lógica do ajuste fiscal que está em curso.

Agora, se V.Exa. me perguntar qual é a avaliação que eu faço no sentido de se esse subsídio se justificou ou não, eu quero dizer a V.Exa. que acho que se justificou para sustentar a taxa de investimento da economia brasileira num período crítico, que foi o período que nós tivemos. Portanto, esse quadro depressivo seria muito mais agudo se o Sistema BNDES não tivesse sustentado essa taxa de investimento.



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Ministro, eu queria fazer uma breve análise sobre a economia brasileira no cenário atual. Primeiro, a pequena participação do Brasil no comércio exterior, a pouca competitividade na exportação de serviços, salvo algumas exceções, e a exportação de bens baseada em *commodities*, com pouco valor agregado.

Outro cenário, Sr. Ministro, é a interferência grande do Governo na economia com endividamento crescente, devido, como o senhor acabou de falar, às novas captações e aos juros altos, ao aumento das despesas, e, especificamente, à queda das receitas.

O terceiro cenário é o incentivo ao consumo nos últimos anos, que chegou à situação de inflação muito mais alta que a meta prevista, juros absurdos, desemprego, endividamento excessivo das famílias. Parece que temos a tempestade perfeita.

E por último, os investimentos se exauriram da iniciativa privada, sobrando hoje apenas o Governo para alavancar esse agregado, que parece ser a saída para a crise.

A posição do BNDES torna-se essencial no papel de indutor da economia brasileira neste momento de crise tão contundente. Como o senhor acha que será a atuação do BNDES a partir de agora? Qual será a sua capacidade para cumprir esse papel?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Olha, eu acho que V.Exa. coloca questões muito importantes, e, quando V.Exa. diz que o Brasil tem uma inserção muito modesta no comércio internacional, eu quero dizer que concordo inteiramente.

As nossas exportações representam só 10% do PIB; o Brasil é o 25º país no *ranking* das exportações, ou seja, a sétima economia do mundo, e apenas 25º no *ranking* das exportações. Há um espaço imenso que o Brasil precisa preencher no comércio exterior, é uma avenida que o Brasil tem.

E me permita dizer que o longo período de apreciação da nossa moeda nos tirou um pouco a força, o ímpeto exportador, sobretudo olhando os produtos que são mais submetidos à competição externa. Por exemplo, os nossos manufaturados



perderam muito a competitividade com aquela taxa de câmbio muito apreciada que tivemos.

Agora, felizmente, a desvalorização do real nos oferece uma janela de oportunidades para que o Brasil retome as suas exportações, sobretudo na área de manufaturados, porque nas *commodities* o Brasil tem uma competitividade estrutural, ou seja, alta produtividade e condições excepcionais de continuar a exportar.

Eu acho que o grande esforço que precisamos promover é exatamente ampliar as exportações e estimular esse canal externo. E o BNDES, embora não seja uma agência especializada em crédito para exportação, cumpre um papel muito importante no financiamento da exportação.

Veja, a exportação de bens e serviços de maior valor é apoiada firmemente pelo Sistema BNDES. Por exemplo, quando falamos dos programas de apoio à exportação, às vezes esquecemos que o maior suporte dos programas se deu em relação à exportação para alguns mercados, como o mercado dos Estados Unidos; desconhece-se que o Brasil exporta muitos bens de capital para o mercado americano, com amparo no PROEX Equalização, com mecanismos de equalização, e olha-se muito a exportação de serviços.

O Brasil pode ampliar muito a sua presença na área de engenharia e de serviços de engenharia no mundo. Nós representamos apenas 2,4% do comércio mundial de engenharia nessa área de infraestrutura. A Turquia nos passou, tem uma participação de quase 4%, e os países mais desenvolvidos apostam muito na exportação de serviços.

Portanto, eu acho que o Brasil tem que estimular mais e mais esse canal, e acho que o BNDES tem um papel muito importante a desempenhar. Por exemplo, se V.Exa. me pergunta qual é o papel do BNDES, eu acho que ele tem que ter um viés mais exportador, porque, se esse é um canal importante para a economia brasileira, ele tem que ter um papel ainda mais relevante na exportação.

Por outro lado, o BNDES também cumpriu um papel importante no financiamento da infraestrutura. É claro que nos projetos, agora nesse novo ciclo, nós vamos ter que ter uma participação maior do setor privado, de poupança privada



e de recursos privados, mas o banco pode ainda ter um papel importante, ainda que não tão dominante como teve no outro ciclo.

Mas acho que o banco precisa voltar-se muito para a inovação, o apoio a setores novos, a novas fronteiras — por exemplo, a biotecnologia, essa área de biofármacos, que é uma fronteira nova. Em suma, eu acho que o banco tem, e pode fazer, pela qualidade dos seus quadros, o banco pode ir ajustando o foco a essas novas demandas decorrentes do novo ambiente que nós temos.

Finalmente, digo que o banco sustentou, ainda que com muita dificuldade, essa taxa de investimento na economia brasileira, que ainda é baixa e que nós temos que ampliar, mas sabendo que a principal fonte do investimento é o lucro das empresas, e não só o orçamento do BNDES.

E o lucro das empresas só vai aumentar se criarmos melhor ambiente de negócios no Brasil. A tarefa que temos é extensa: reduzir burocracia, melhorar ambiente regulatório, reduzir custos logísticos, rever o sistema tributário, que hoje não é muito funcional e não se harmoniza com o sistema internacional. Temos um desafio muito grande pela frente.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Sr. Presidente, faço a última pergunta. Eu queria voltar a falar um pouco sobre o que foi divulgado pela mídia ontem em relação ao relatório do TCU.

Conforme foi amplamente divulgado pela mídia — o senhor deve ter tido acesso, evidentemente —, o relatório do TCU apontou irregularidades de superfaturamento na ordem de 673 milhões na Refinaria Abreu e Lima. Sabemos que o BNDES financiou 9,8 bilhões para a construção da Refinaria em 2009, dinheiro composto também por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e este também por captação via Tesouro.

O BNDES é o banco de desenvolvimento público e tem que ter controle de custo. O que vemos, por meio dos documentos enviados a esta CPI, é que isso, Sr. Ministro, não ocorre. Faltam mecanismos que comprovem a efetividade e os reais ganhos para o nosso País.

O TCU já apontou superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima, envolvendo as empreiteiras já denunciadas na Lava-Jato.



Eu queria fazer uma pergunta ao senhor: qual é a chance de os outros projetos financiados por dinheiro público também estarem superfaturados? O senhor acredita que o BNDES tem critérios rigorosos para financiar seus projetos?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Bem, eu pude falar sobre esse tema um pouco antes, dizendo que há duas dimensões: existem projetos específicos, que são analisados, evidentemente — a lógica, do ponto de vista do tomador, não é inflar os custos do projeto, porque isso não faz sentido —, e existe aquela participação do banco que se dá pelo apoio a programas de empresas, programas de investimento.

No caso da PETROBRAS, dada a posição da empresa, a maior empresa do Brasil, as características dos projetos... O Brasil passou anos sem investir em refinarias, e nós tivemos uma retomada. Nós ficamos até, permita-me dizer, sem muita matriz de custos nessa área, porque há 30 anos o Brasil não investia em refinarias.

De repente, a PETROBRAS conduz o processo. Há dois grandes investimentos: na Abreu e Lima e no COMPERJ. Imaginar que o BNDES não pudesse apoiar esse empreendimento... O natural é que o BNDES também os apoie. Evidentemente, todas essas distorções que ocorreram e que vieram a ser apontadas posteriormente, nos indicam a preocupação de que agora, doravante, deve haver também um escrutínio, uma avaliação de custos por parte do BNDES. Eu acho que isso deve existir, sim, e, como disse antes, acho que esses fatos que ocorreram vão contribuir para que aperfeiçoemos o controle, o sistema, a forma, a metodologia de análise, etc.

Eu concordo com V.Exa. no sentido de que a avaliação de custos, mesmo nesses projetos, precisará ser feita também.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Miguel Haddad.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Sr. Ministro Armando Monteiro; Sr. Presidente da CPI, Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator José Rocha; Srs. Deputados, meus cumprimentos.

Sr. Ministro, o senhor vem da iniciativa privada, é um empresário de sucesso, esteve à frente de várias entidades de classe e hoje está como Ministro, conhece a realidade do mercado e conhece o outro lado do poder público. É o poder público. O BNDES durante muito tempo adotou uma política de empresas campeãs. Eu gostaria de compreender qual foi o ganho real e se o senhor concorda com essa política das empresas campeãs.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja, criou-se essa marca das chamadas empresas campeãs. De qualquer forma, elas, como todos os rótulos, traduzem... Eu posso olhar isso de duas formas. A primeira é no sentido de que campeãs são aquelas eleitas para um tratamento privilegiado. A outra é supor que, por serem campeãs, são empresas bem-sucedidas. Campeãs no mercado em que atuam, vencedoras por definição. Então, precisamos ter...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Ou talvez os 2.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Ou talvez os 2. Então, o que é que eu acho? Eu acho, por exemplo, que, primeiro, não houve propriamente, na minha avaliação... Por exemplo, quando tomamos as cem maiores empresas do Brasil, constatamos que mais de 90 receberam apoio do BNDES. Quando consideramos um universo das mil maiores empresas do Brasil, de uma forma direta ou indireta, 800 empresas foram apoiadas pelo banco. Então, não é propriamente um grupo seletivo, um grupo que tem um tratamento díspar rigorosamente do que é dado a um grupo maior, a um universo maior.

Agora, quero dizer a V.Exa., sim, que houve uma avaliação de que algumas empresas brasileiras teriam condições de se internacionalizar e de se tornar grandes *players* internacionais. De algum modo, essa visão terminou se confirmando quando, por exemplo, uma empresa como a JBS se transformou na maior produtora de proteína animal, na empresa líder mundial nesse segmento. Teve, por exemplo, uma trajetória muito bem-sucedida. A carteira de ações que o banco tem do Grupo JBS lhe daria um ganho muito expressivo se fosse realizar essa carteira hoje, um ganho muito significativo.



Agora, infelizmente, quando analisamos o investimento no setor industrial, ele é muito concentrado realmente. Se você considerar, por exemplo, que em uma hidroelétrica só há 2, 3 ou 4 grupos que investem no setor, quanto investimos no setor elétrico? Então, o investimento, em função da tipologia, das características do projeto, é sempre algo muito concentrado, infelizmente. Mas eu quero dizer a V.Exa. que não vejo com simpatia essa ideia de que possam existir empresas eleitas, empresas merecedoras de um tratamento especial. Eu acho que a tendência é que as empresas que se afirmaram no setor, que têm reconhecidamente um bom desempenho, que têm custos, que se internacionalizaram, essas empresas podem ter hoje acesso a fontes de financiamento que não tinham quando elas estavam ainda em um processo de consolidação.

Então, respondendo objetivamente a V.Exa., eu não gosto do conceito de campeões nacionais no sentido de que isso possa se constituir em um grupo que seja privilegiado, ou que possa ter tido condições únicas e excepcionais.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Os dados que nós temos são de que isso no mercado é competição desigual, houve um desequilíbrio. No mercado de carnes, isso ficou muito evidente. Além disso, houve uma perda no número de empregos. A política, que pode até ter tido um objetivo maior, mostrou-se ineficiente em relação aos desdobramentos sociais.

Como o senhor vê a aplicação de recursos, a exemplo do caso do metrô da Venezuela, independentemente de qual tenha sido o Governo ou dos investimentos que foram realizados em Angola ou em outros países da África? Quais foram os ganhos? Em Cuba, neste momento, até em função da abertura, pode ser que o porto se transforme num ganho real, embora isso não fosse previsível naquela oportunidade. Não foi dentro desse conceito que foram destinados os recursos. Eu gostaria de compreender qual é o ganho real de forma efetiva, em termos de geração de emprego, em termos de desenvolvimento. Enfim, eu gostaria de ouvir a sua opinião, Ministro.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Olha, eu quero agradecer e dizer que essa avaliação que se faz de que, no setor frigorífico, a grande consolidação, a emergência de uma empresa muito grande terminou por desestruturar alguns setores da cadeia é algo que se coloca, é algo que se discute,



e, evidentemente, eu não tenho uma avaliação mais completa. Mas posso lhe dizer que também há uma constatação que vai na direção de uma avaliação positiva. Houve um grau de formalização muito maior, ao longo de toda a cadeia, a partir do advento dessas empresas de maior tamanho.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Ministro, permita-me. A verdade é que, muitas vezes, não há como mensurar, medir, auferir com precisão. Quando nós falamos aqui dos investimentos que foram feitos pelo BNDES e qual é o retorno social, é muito difícil medir. Mas nós temos algumas amostragens. E, nas amostragens em relação ao mercado de carne, ficou evidente, em função de alguns frigoríficos e até em função do depoimento de presidentes e ex-presidentes, que isso criou um desequilíbrio tal que tornou uma superempresa, e as outras caminharam para o fechamento, suas ações se transformaram totalmente em pó. Há evidências claras, mas, às vezes, é difícil fazer essa amarração, com uma garantia de 100%.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu quero dizer a V.Exa. que sou pela concorrência, ou seja, acho que a questão concorrencial tem que ser valorizada, e eu defendo um capitalismo concorrencial. Não se pode dar privilégios. Acho que, se existe algo na economia de mercado que se deve valorizar, é exatamente a concorrência, no sentido de poder fazer com que, ao final, a competição se dê com certas regras.

No entanto, não posso deixar de dizer a V.Exa. que olhando, por exemplo, outros mercados, como o próprio mercado americano, o que se verifica lá hoje é a presença de grandes empresas. Quanto à consolidação que ocorreu aqui, verificamos que em outros mercados essa consolidação também ocorreu, olhando os Estados Unidos, olhando a Austrália. Então, ao que parece, há uma tendência de certa consolidação e de diminuição do número de empresas e de *players* nesse mercado.

Como V.Exa. colocou a questão do metrô de Caracas e do financiamento dessa área de engenharia em Angola, Cuba, etc., eu queria dar uma opinião. Eu acho que o Brasil tem que ter uma estrutura para financiar exportação de serviços. Olhando, por exemplo, os mercados de infraestrutura no mundo, os que mais cresceram na área de infraestrutura estão exatamente situados na África e na América Latina. E por que são esses os mercados que mais crescem? Porque há



menos demanda de infraestrutura em países mais maduros, por razões óbvias. Quem ainda está construindo a infraestrutura são os países menos desenvolvidos, e, portanto, as oportunidades estão aí na África e na América Latina.

Vejo, por exemplo, aqui na América Latina uma presença muito expressiva, e se ampliando, de empresas americanas e empresas espanholas, no financiamento da infraestrutura. Ora, se o Brasil puder, em função da *expertise*, vamos dizer, da competência que desenvolveu nessa área de engenharia, se empresas brasileiras puderem estar presentes e ampliar sua presença nesse mercado, para mim o País só tem a ganhar. E dadas as características do financiamento, os desembolsos do BNDES são feitos em reais. Como é que esse processo se dá? Às vezes, parece que houve uma ação política para identificar um país que se quer ajudar de forma paternalizada. Ou seja, o debate, às vezes, nos conduz à ideia de que o processo se inicia assim.

Na minha avaliação, o processo não se inicia assim. O processo se inicia quando as empresas prospectam lá fora oportunidades, participam de concorrências, porque são processos...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Qual concorrência, Ministro? Em Cuba? Em Angola? Qual tipo de concorrência?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, não. Há empresas, há outras empresas internacionais que participam desses mercados. No caso de Angola e da África, seguramente eu posso dizer isso a V.Exa. Quando as empresas identificam oportunidades, é natural, é sempre a regra que as agências de crédito dos seus países de origem apoiem a ação dessas empresas.

Quando a empresa espanhola vem para a América Latina, as agências de crédito espanholas financiam o processo da obra que envolve essas empresas. Então, permita-me V.Exa., eu não vejo nisso, em si mesmo, nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - O senhor me permita, por favor. O senhor é a favor de subsidiar — até porque nós estamos falando em recursos subsidiados, em aporte financeiro através de subsídio, e até se discutiu aqui que ele pode ser bom ou ruim, depende do objetivo a ser alcançado —, o senhor é a favor que se invista no porto de Mariel, em Cuba, quando se tem uma demanda de infraestrutura dentro do País?



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu sou a favor, sim. Eu sou a favor, acho que não são excludentes. Não são excludentes.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Os recursos é que são excludentes, Ministro, não as ações.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Permita-me. Não são excludentes. Se V.Exa. tomar a carteira do BNDES, vai constatar que 25% dela é de infraestrutura no Brasil. E quanto esses projetos de financiamento de serviços representam dentro do total dos ativos e das aplicações feitas pelo banco? Se V.Exa. tomar os últimos 7 ou 8 anos, qual é a participação? A participação é de 2%, 2,5%. Então, o que eu acho? Eu acho que o Brasil tem... Acho que o BNDES é um banco, e qualquer projeto que possa ser apresentado ao banco e que envolva o interesse de uma empresa brasileira em exportar serviços pode ser legitimamente examinado pelo banco.

E há outro aspecto. Nessa exportação de serviços, nós incorporamos o fornecimento de bens de pequenas empresas, que não podem exportar diretamente e que exportam através da empresa âncora, que é a empresa que conduz.

Por exemplo, no caso do porto de Mariel, que V.Exa. falou, há uma agregação de mais de 350 empresas fornecedoras, subfornecedoras pequenas no Brasil, que fornecem grupos geradores, parafusos, equipamentos de proteção individual do trabalho, motores, transformadores, que estão agregados ao negócio de exportação. Há algumas empresas que não exportariam diretamente para esses países.

Portanto, eu defendo a exportação de serviços e o apoio financeiro que possa ser oferecido a essas empresas, porque vejo que é isso que o mundo faz.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Independentemente do tipo de serviço a ser exportado, o senhor defendeu, há alguns instantes, algumas áreas, principalmente áreas de inovação, tecnologia, independentemente do serviço a ser exportado. Só para eu encerrar...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu sou favorável a que, na área de infraestrutura, amplamente os projetos possam ser apoiados, sejam portos, sejam hidroelétricas. Por exemplo, no caso de Angola, o projeto mais importante é o de uma grande hidroelétrica lá em Angola. Na América Latina também.



Portanto, não vejo nenhum problema que pudesse, em princípio, proibir o Brasil de financiar uma obra que signifique exportação de serviços de engenharia nessas áreas.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Eu queria só fazer uma última pergunta, Ministro. Ontem, quando estivemos com o Procurador do TCU, ele abordava que o BNDESPAR ser sócio da empresa e, ao mesmo tempo, na outra ponta, ser a instituição que libera os recursos, os financiamentos subsidiados, era, no mínimo, eu não diria suspeito, mas eu diria...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Antiético.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Nem antiético. É que, sob o aspecto do mercado, não faz sentido alguém estar de um lado do balcão e do outro.

Para fechar, eu só queria perguntar como é que o senhor vê essa posição do BNDES, que, no caso do JBS, especificamente, tinha uma participação junto com a Caixa Econômica Federal, até recentemente, em torno de 33%, e, do outro lado, era a instituição financiadora, a instituição que liberava os recursos e créditos para o JBS.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem, pela experiência, historicamente, essa participação se dava simultaneamente, isto é, quando se apoiava aquele projeto, compunha-se uma parte de *equity*, ou seja, participação de capital do banco e uma parte de crédito. Inclusive, a estrutura de capital de alguns projetos colocava a necessidade de que se pudesse ter maior parcela de recursos inexigíveis ou recursos que são aportados à conta de capital, de participação societária.

Por exemplo, se um projeto é feito com 80% de recursos exigíveis, ele é um projeto que, dependendo das suas características, pode ser inviabilizado. Um projeto que tem maior participação de capital de risco oferece, evidentemente, um risco de crédito menor. Então, na origem, eu lembro, em muitos casos, que o BNDES fazia a composição da participação do BNDESPAR e a parcela de financiamento no mesmo momento, para poder compor adequadamente as fontes de financiamento do projeto.

A hipótese que V.Exa. coloca me parece que é a de que, já estando, já sendo sócio do projeto, venha a ampliar a sua exposição ou a sua participação no projeto.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - É isso mesmo.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Permita-me dizer que não acho que seja algo aético.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Imaginei que V.Exa...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Não, eu não fiz essa afirmação que seja aético, não, ou amoral, não.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Muito bem. Acho que, do ponto de vista normativo, não há óbices em princípio. Mas, olhando especificamente a situação de algumas empresas, houve um apoio para que as empresas pudessem ao final ganhar escala, ter, por assim dizer, maioria do ponto de vista empresarial. Portanto, essas empresas podem se emancipar mais do próprio sistema BNDES. A tendência é esta: que elas se emancipem, que elas passem a ter menos dependência do sistema. Isso a meu ver seria desejável.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Ministro, o que eu quis dizer é que é contraditório estar, de um lado, como integrante da sociedade, e, do outro lado, liberando recursos. Mas eu queria agradecer a V.Exa.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu agradeço muito a V.Exa. a pergunta. Não sei se pude esclarecer.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD** - Foi ótimo.

E me dou por absolutamente satisfeito.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad.

Antes de ouvir o Sub-Relator, darei a preferência ao Relator, o Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, quero retornar aqui com duas colocações sobre o Conselho de Administração do banco.

Há uma crítica em relação à função do Conselho, o qual V.Exa. preside. E V.Exa. tem a oportunidade aqui de nos informar sobre isso, porque esse tema é do interesse desta relatoria, que pretende propor alteração na composição do Conselho. Entendemos que o Conselho deveria ter uma composição que



representasse mais os setores econômico e social, para que pudesse formular políticas também junto à Diretoria do banco.

E, com relação ao *gap* entre a captação dos recursos do banco, recursos do Tesouro, que capta com base na SELIC, e o repasse — o banco financia com base na TJLP —, como é que o Tesouro vai reaver essa diferença? Essa diferença vai ser contabilizada de que forma, como dívida da União? Como fica essa diferença entre o custo de captação do Tesouro, que capta com base na SELIC para repassar ao banco, que, por sua vez, financia a longo prazo pela TJLP? Gostaria que V.Exa. expusesse algo sobre esse assunto, que é uma preocupação nossa.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Muito bem. Com relação ao Conselho de Administração, eu disse a V.Exa. que hoje, no Brasil, há um processo em curso de aperfeiçoamento da governança corporativa. Veja que, por exemplo, a PETROBRAS mudou o Conselho. E, nesse sentido, eu acho que com maior participação de representantes do mercado, etc., isso é algo que nós temos que reconhecer como positivo, em princípio.

Quanto ao Conselho do BNDES, eu queria fazer um reparo. Eu não presido o Conselho, porque o art. 40 da Constituição impede que Parlamentares, mesmo licenciados — mesmo licenciados! — possam participar do Conselho. Então eu não o presido. O nosso Secretário-Executivo, o Fernando Furlan, exatamente para manter essa vinculação institucional do sistema BNDES com o MDIC, preside o Conselho. Eu acho importante a presença no Conselho, por exemplo, do Ministro da Fazenda. E acho importante que o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior esteja no Conselho do BNDES, assim como o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento. Eu acho isso desejável, acho isso importante. Por quê? Porque o banco é muito suscetível às indicações da política macroeconômica. Por outro lado, o banco cumpre um papel importante como instrumento da política industrial. Então, nada mais natural do que ter no Conselho representantes dessas áreas. Agora, o Conselho pode vir a ser enriquecido, fortalecido com a presença de conselheiros de outra origem. E, nesse sentido, eu não acho que isso seja algo que se afaste não. Acho que isso é possível e volto a dizer a V.Exa: esse processo de aperfeiçoamento da governança corporativa no



Brasil é um processo que está em curso e que, portanto, vai nos conduzir necessariamente a aperfeiçoamentos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Ministro, em relação à maior autonomia para o banco, que seus diretores possam ter mandatos, qual a avaliação de V.Exa?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Olha, eu acho que isso é algo que se discute também na perspectiva do aperfeiçoamento da governança. Quero registrar que, no caso do BNDES, há uma participação muito expressiva de quadros do próprio banco na diretoria. Quer dizer, salvo engano, metade dos diretores do BNDES são originários dos próprios quadros do banco. São pessoas que têm uma carreira no banco, que têm, por assim dizer, um histórico na instituição. E, mesmo as indicações externas — eu quero dar um testemunho, pelo perfil que conheço da atual Diretoria —, é sempre de gente que tem perfil sólido do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista da experiência na área. Mas acho que essa discussão de mandato, de resto, é uma discussão que está aberta e que eu acho que é legítimo que o Congresso Nacional possa fazer. Essa discussão não é algo que se deva interditar.

V.Exa. falou sobre a questão do custo fiscal, sobre como é que esse processo se dá. Sabe V.Exa. que todo esse dinheiro que foi aportado pelo Tesouro no banco é um empréstimo ao banco, ou seja, na contabilização da dívida líquida, esse ativo que está representado pelo aporte do Tesouro e que se converteu em aplicações do banco é um ativo que a União tem. Ela tem esse crédito a receber do BNDES. E esse financiamento foi feito com prazo de 40 anos, parece-me, com a carência não sei se de 5 anos, alguma coisa assim.

Bom, com relação ao custo fiscal de que V.Exa. falou, que é a diferença da SELIC para a TJLP, esse custo, a rigor, essa diferença o Tesouro tem que bancar. Ou seja, o Tesouro é que paga ao BNDES. É custo do Tesouro Nacional, é uma subvenção econômica, é um subsídio. Ou seja, está indicado na própria lei que criou a subvenção econômica. Portanto é um custo do Tesouro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Como isso vai ser contabilizado?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Veja bem, a contabilidade é feita transparentemente. Hoje, essa conta está lá indicada: quanto é que o Tesouro deve, como é que essa coisa é feita. Por exemplo, não havia um normativo



muito claro para a Fazenda, sobre em que momento tem que ser pago, em que momento o Tesouro tem que pagar o banco.

Não é um empréstimo, evidentemente; é um ressarcimento que se dá, na medida em que o próprio desembolso aconteça e que, portanto, essa diferença da taxa venha a ter que ser coberta. Mas essa é uma contabilidade transparente. O que o Tesouro deve ao banco pelo custo fiscal é algo que está claramente identificado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Então V.Exa. admite que o banco não vai retornar ao Tesouro esse recurso?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, veja, o banco não vai retornar ao Tesouro. Nesse caso, o Tesouro é que precisa pagar ao banco. O custo fiscal, essa subvenção não é suportada pelo banco. Essa subvenção é suportada pelo Tesouro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Isso. Então, o Tesouro subvenciona o banco...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - O Tesouro paga o subsídio, a subvenção econômica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha, e passo a palavra agora ao Sub-Relator Deputado Alexandre Baldy.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Permita-me, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA** - Quero convidar o Sub-Relator para ocupar o lugar da relatoria aqui, que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que ele pode fazer os questionamentos dele da bancada. Depois ele assume o posto.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Exa. é o nosso Relator.  
(Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Sub-Relator Alexandre Baldy.



**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Bom dia, Sr. Presidente Marcos Rotta, Sr. Relator José Rocha, Sr. Vice-Presidente Miguel Haddad, senhoras e senhores.

Sr. Ministro Armando Monteiro, é de muito bom alvitre recebê-lo aqui na CPI do BNDES, uma Comissão formada para que possamos investigar e compreender a aplicação dos recursos por parte do Tesouro, como V.Exa. mesmo, há pouco, mencionou, em projetos privados, seja no Brasil, seja no exterior.

Eu gostaria, Sr. Ministro, de compreender a visão de V.Exa., que foi empresário — eu não tenho ciência se ainda o é —, empreendedor, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e, hoje, é Ministro do Desenvolvimento — ou seja, participe de um Governo que, infelizmente, não tem políticas econômicas e desenvolvimentistas muito claras, que se rende a uma pauta praticamente única, que é a pauta de ajuste fiscal, e que, nessa visão, acaba prejudicando, e muito, o setor produtivo —, mas em diversos momentos da vida pública, principalmente como Presidente da CNI, foi crítico da falta de recursos por parte do Governo, especificamente por parte do BNDES, para pequenos e microempreendedores, o que foi sempre uma defesa de V.Exa. V.Exa. defende o fim da substituição tributária e outros projetos adicionais para fortalecer o setor produtivo, mas é crítico quanto a essa posição que referi.

Eu percebi aqui na fala de V.Exa. que, avaliando o contexto da carteira do banco, 25% dela foi emprestada no exterior. E há essa percepção de que falta recurso...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - V.Exa. entendeu mal. Vinte e cinco por cento é o que ele aplica em infraestrutura globalmente.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Globalmente.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - No exterior, o financiamento especial é algo como 2%.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Do total.

Então hoje o banco tem em torno de 464 bilhões de reais...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - É.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - ...em dinheiro tomado do Tesouro.



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, isso não significa que é todo o estoque, significa que, do orçamento do banco, se tomarmos os últimos 5 ou 6 anos, do conjunto de desembolsos, o financiamento para essas áreas representou 2%.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Eu acredito que seja até um pouco mais, Ministro, o que o banco tenha na carteira total de tomada de crédito em cima do Tesouro. Essa aplicação de recursos feita no exterior em portos, aeroportos, rodovias, hidrelétricas e tudo o mais, essa carteira total, acredito, ultrapassa a casa dos 10 bilhões de reais. Então...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, é mais! São 10 bilhões de dólares, meu caro Deputado.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Então se nós estamos falando de 460 bilhões de reais tomados no Tesouro, essa parcela supera esses 2% no exterior.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Sim, mas o total do desembolso do banco não está representado apenas pelo aporte do Tesouro, é muito mais do que isso. Há 25% de FAT, de PIS/PASEP; há recursos próprios do banco — quase 9%.

Eu faço uma conta simples para V.Exa. Nos últimos 8 anos, o desembolso do banco foi equivalente a 50 bilhões de dólares a cada ano. Se V.Exa. tomar 8 anos, são 400 bilhões de dólares. Aí V.Exa. pode relacionar 10 bilhões de dólares com 400 bilhões de dólares. São 2% — 2,5%, para ser rigoroso.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Perfeito. E V.Exa. concorda que essa política de aplicação de recursos externos, ainda que haja escasso capital dentro do Brasil, é correta?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Acho correta, Deputado. Posso lhe dizer, se V.Exa. me permitir, que eu acho que um banco como o BNDES tem que atuar em várias frentes. O comércio exterior é uma vertente, é um vetor fundamental. Nenhum banco de desenvolvimento deixa de ter um papel importante no financiamento do comércio exterior.

Aliás, o Brasil se ressentir de ter mais apoio ao financiamento do comércio exterior, tanto que há países que têm agências de crédito especializadas, os Ex-Im



Banks, o que nós não temos. Então, o que acontece? Nós precisamos de mais suporte para o comércio exterior.

Ora, se o Brasil tem baixa inserção internacional, se nós exportamos muito pouco — 10% do PIB —, como é que eu posso ser contra a possibilidade de exportar serviços do Brasil? Não há sentido. Pelo contrário!

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas V.Exa. há de crer que o Presidente do banco, na Comissão de Assuntos Econômicos, este ano, disse que, nas exportações brasileiras — e é o caso do Ex-Im Bank que V.Exa. cita e das agências de fomentos globais —, o Ex-Im Bank exige que haja produtos fabricados nos Estados Unidos nas concessões de crédito para as operações internacionais.

Quer dizer, no caso especificamente do porto em Cuba, o Presidente do banco já disse em uma resposta no Senado de que ali havia produtos brasileiros. E a percepção que temos é de que ali não há nenhum produto brasileiro, que ali foi realizada uma obra, um financiamento para uma empresa, financiamento para um governo, que realizou um contrato especificamente de serviço.

Então, com todas as dificuldades que temos em termos de crédito, especialmente em anos como este, de 2015 — e, provavelmente, no ano de 2016 —, em que os bancos privados tornaram escasso o crédito, fundamentalmente para pequenas e microempresas... Para as médias empresas nem se fala! V.Exa. sabe muito bem que elas não acessam o mercado de capitais, e elas também têm dificuldade com o BNDES, porque a burocracia, as limitações e a escolha no mercado local de supercampeões, em função de uma visão de política de governo... Para mim, o banco não trabalha com uma política de desenvolvimento industrial, ele trabalha atendendo uma política de governo. Elege-se um grupo campeão, como se elegeu um grupo frigorífico, e, em função disso, uma cadeia social é totalmente interrompida e muito prejudicada.

No meu Estado, foram fechadas dezenas de indústrias, foram ceifadas dezenas, centenas, milhares de empregos, em função da escolha, pelo banco, de uma empresa como supercampeã.

Então, nós observamos, de um lado, a falta de crédito no mercado, com o banco emprestando recursos para fora, e, de outro lado, o banco escolhendo determinadas empresas, determinados setores. E isso culmina em quê? O banco



existe para ser um banco de desenvolvimento econômico e social e, no fundo, a prática na atuação social acaba sendo não aplicada.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Bom, eu respeito a opinião de V.Exa., mas vou comentar exatamente as questões que V.Exa. colocou.

No caso do Porto de Mariel, mais de 300 fornecedores brasileiros participaram do processo. Eu posso destacar, para V.Exa., fornecedores de geradores, de transformadores, de motores, de parafusos, de veículos leves. Portanto, é uma coisa factual. Eu não quero discutir com V.Exa. isso porque é uma coisa factual. Ou seja, a exportação de Mariel também tem um conteúdo e uma participação de bens produzidos no Brasil — de bens e de outros serviços que não o serviço de engenharia estritamente.

Então eu quero, mais uma vez, enfatizar que eu defendo o financiamento, a exportação de serviços. Ainda que tivéssemos apenas serviços, eu defenderia a exportação e o apoio ao financiamento de serviços.

E o outro tema de que V.Exa. trata é essa questão do rótulo, quer dizer, dos campeões nacionais. Eu acho que a consolidação empresarial em algumas áreas, que é uma tendência no mundo, pode ter efeitos desestruturantes no tecido industrial. Todo processo de consolidação implica reduzir o número de empresas que atuam numa determinada área. Portanto, no segmento a que V.Exa. aludiu, especificamente, há muitas empresas americanas que desapareceram também ao longo do tempo, e lá houve uma forte consolidação nesse setor.

Se V.Exa. me perguntar se isso é saudável, se isso é desejável, se disser que era melhor que houvesse um maior número de empresas médias, pequenas, nesse segmento, eu posso até concordar com V.Exa., mas há uma tendência no mundo, a consolidação, o processo de internacionalização, os ganhos de escala — as chamadas economias de escala —, e esse processo aponta para a formação de grandes grupos, que consolidam... É uma tendência do mercado. Não é o banco, não é o BNDES, isoladamente, que vai ter a força de alterar uma dinâmica que está na lógica do processo empresarial, esteja certa ou não.

V.Exa. falou que a empresa média não tem acesso aos recursos. V.Exa. conhece o FINAME muito bem. Ninguém neste País renova máquinas ou faz uma



modernização na sua empresa sem o FINAME. E o FINAME é uma linha do BNDES e é muito acessível, sim, à pequena e à média empresa.

Ao longo da minha vida, em vários momentos, em empresas, eu me socorri do FINAME. O mecanismo do cartão automático... Quando o cartão automático foi criado, ele equivalia, em valores de hoje, a 700 milhões de reais por ano. Hoje, é de 11 bilhões de reais o montante de recursos do cartão automático! E é para a pequena empresa.

O que eu quero dizer a V.Exa. é que eu defendo muito essa ideia de que nós precisamos apoiar mais a pequena empresa e a média empresa brasileira. Eu estou de acordo com V.Exa. Mas essa visão excludente de que eu só apoio o pequeno se excluir o grande, de que eu só posso fazer mais em infraestrutura no Brasil se não apoiar um projeto de infraestrutura lá fora, essa visão é que me parece que não corresponde à realidade. Nós temos que apoiar projetos no Brasil e temos que financiar e apoiar projetos que significam oportunidades para empresas brasileiras venderem lá fora. Então, eu não acho que sejam processos excludentes entre si. Eu acho que são processos que se complementam, que se reforçam mutuamente.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas, enquanto isso, V.Exa. percebe que neste ano de 2015 nós deveremos chegar a um déficit nominal de quase 10% do PIB, quase meio trilhão de reais?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - O senhor me permite? Eu deixei de dizer uma coisa importante. O senhor sugeriu que havia uma certa contradição entre algumas posturas que eu assumia quando estava na direção das entidades e, agora, como Ministro.

Eu quero dizer a V.Exa. que muitos apontam que este quadro fiscal que nós estamos atravessando, que marca, realmente, um processo de deterioração fiscal, foi muito acentuado pelas políticas fortemente anticíclicas que o Governo assumiu.

E aí o que o Governo fez? Ampliou extraordinariamente programas como o PSI, com taxas de juros de 2,5% ao ano; fez renúncias tributárias num nível, por exemplo, que eu festejei. E não há nada de incoerente com o meu discurso, porque eu sempre defendi a desoneração da folha. O Governo fez o primeiro e inédito movimento de desoneração da folha no Brasil, alcançando 56 setores da economia brasileira.



Então, eu quero dizer a V.Exa. que não foi por uma política ativa, no sentido de apoio ao setor produtivo, mas os excessos, por assim dizer, dela — se pecamos foi por excesso — ao final se traduziram no desequilíbrio fiscal que hoje nós estamos enfrentando.

A política do Governo não é o ajuste fiscal em si mesmo, porque ajuste fiscal não é objetivo de política econômica. O objetivo da política econômica é o crescimento. O ajuste fiscal é uma pré-condição. Se nós não reequilibrarmos a economia, nós não vamos retomar o crescimento, não vamos reduzir a taxa de juros e não vamos devolver a confiança aos agentes econômicos. Então, o ajuste não é um fim em si mesmo, o ajuste é um meio, é algo fundamental para reequilibrar a economia.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas V.Exa há de crer que meio trilhão de reais de déficit nominal projetado para este ano e ainda o Governo se endividando para eleger certos segmentos econômicos... Eu concordo com V.Exa. que determinadas empresas, com escala global, com crescimento... Mas essa escolha pontual, assim como foi feita a desoneração tributária, de que depois se voltou atrás, não se preocupando com as consequências, obviamente, na economia real, é que chega hoje ao trágico resultado que temos: um PIB de quase 4% negativo, com o ano que vem projetado para ser negativo novamente. Desde a crise de 1929 nós não temos 2 anos seguidos com PIB negativo — a última vez foi em 1930 e 1931. Nós nunca tivemos um déficit nominal tão grande. Nós não temos uma política de desenvolvimento clara por parte do Governo, e eu sei que V.Exa. deve ser um lutador para que isso seja um ritmo impresso pelo Governo, mas não há. Nós só enxergamos que há a pauta do ajuste fiscal. Enquanto isso, o BNDES aplica políticas a determinados segmentos, a determinados setores. Agora, por exemplo, V.Exa. cita programa como o FINAME. Mas as empresas de pequeno e médio capital não têm acesso a capital de giro. É um problema grave no Brasil que os bancos privados têm uma dificuldade grande em acessá-las, e o BNDES também. Enquanto isso nós percebemos grandes e vultosos valores sendo direcionados para empresas eleitas. Com qual fundamento, com qual política de desenvolvimento? Por que decidimos investir em uma empresa de telecomunicações e não em outra?



Aqui esteve conosco um ex-acionista de um frigorífico que foi claro em dizer: *“Eu não tive o padrinho correto para conseguir o meu crédito. Eu obtive o primeiro truste de financiamento do BNDES, mas não obtive o segundo. Quebrei e fui obrigado a vender a minha operação, a encerrar o meu negócio”*. Por quê? Porque o banco, através de uma política de governo, escolheu um segmento específico, sem nenhuma fundamentação. Outra empresa específica que esteve conosco foi a LBR, a Lácteos Brasil. Consolidou-se o setor de lácteos, e o que é que aconteceu no fim? Entregaram todas as atividades industriais com o recurso do BNDES à italiana Parmalat novamente. E há ali ações criminais de desvio de recursos da ordem de 80 milhões a 100 milhões de reais. Há indicações de que o banco financiou um movimento que desindustrializou o Brasil, e essa operação que era para ser um para um supercampeão nacional na área de lácteos acabou regressando para a atividade de uma multinacional.

Então, eu acho que é há uma dicotomia por parte da política do Governo, Ministro. Eu sei que V.Exa. não fez parte do primeiro Governo, aqui estava no Senado Federal, mas há uma dicotomia. Por quê? Enquanto na PETROBRAS se elegeram 65% de produtos nacionais, enquanto se exigia da cadeia automobilística 65%, com o Plano Brasil Maior, o banco emprestava recursos lá fora sem exigir absolutamente nada de conteúdo nacional.

Quer dizer que não há no País uma política, uma diretriz industrial, um plano de desenvolvimento industrial. Há, sim, a escolha de determinados segmentos que muitas vezes o Ministro da Fazenda considera errado, aí se volta a aplicar no setor automobilístico. É um setor que desencadeia um desemprego muito alto, uma verticalização muita expressiva, nacionalmente? É. Mas empresas que fornecem hoje insumos para a cadeia automobilística acabam importando da China, da Índia e de outros países. Então, o banco tem que ter uma política clara, que obviamente deve ser definida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Eu queria perguntar: qual é o orçamento anual do Ministério de V.Exa., Sr. Ministro?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - O Deputado fez considerações em várias direções, e, evidentemente, eu peço paciência para que eu possa procurar aqui, de forma lógica, fazer um encadeamento.



V.Exa. falou de capital de giro. O BNDES não é um banco especificamente voltado para capital de giro. V.Exa. sabe disso. O sistema financeiro, sobretudo o setor ligado à área de crédito geral, é que cumpre esse papel. O BNDES é um banco que financia o investimento por definição. No máximo, ele financia o capital de giro associado, ou seja, o capital de giro associado àquele investimento que está sendo feito.

Eu quero compartilhar com V.Exa. que hoje as empresas têm uma grande demanda por capital de giro, mas essa cobrança não deve ser endereçada ao BNDES, porque o BNDES não é tipicamente um banco para atuar na área de suprimento de capital de giro.

Sobre outro ponto que V.Exa. falou me permita fazer uma consideração de caráter mais estrutural. O quadro fiscal que nós experimentamos hoje não é só decorrente daquilo que se possa considerar um excesso da política anticíclica que foi feita pelo Governo Federal. O quadro das finanças públicas no Brasil é estruturalmente delicado por problemas que não tiveram origem neste Governo. A carga tributária que o Brasil tem, de 35,8% do PIB, não foi criada neste Governo. O desequilíbrio da Previdência hoje no Brasil é algo que decorre de um processo que se vem agravando ao longo do tempo.

Sabe V.Exa. que o déficit projetado para a Previdência, no próximo ano, poderá alcançar 200 bilhões de reais. E aí, como eu sei que V.Exa. é um Parlamentar muito atento a esse debate, está-se discutindo no Brasil uma geração de reformas para a Previdência, sem as quais, Deputado, nós não vamos inaugurar um regime fiscal sustentável com qualquer que seja o governo, de qualquer partido.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que, mais do que o desafio de fazer um ajuste fiscal episódico, nós precisamos construir as bases para um regime fiscal verdadeiramente sustentável, o que nos remete às reformas estruturais que precisarão ser feitas.

Portanto, debitar todo o problema da crise estrutural das finanças ao Governo me parece que é algo demasiado, permita-me V.Exa.

Segundo, eu não vejo essa questão do grande em contraposição ao pequeno, esse debate de que apoiou o grande e deixou de apoiar o pequeno. Eu acho que, no universo empresarial, há espaço para a grande empresa, a empresa que cumpre um



papel de liderar uma cadeia produtiva, a empresa que pelas características do setor onde atua é intensiva de capital. E aí eu quero dizer a V.Exa. que falam muito pontualmente das campeãs do setor, mas V.Exa. pode desconhecer o papel extraordinário que o BNDES desempenhou para, por exemplo, o País ser hoje o principal produtor de celulose de fibra curta do mundo. Todos os grandes projetos na área de celulose e papel foram fundamentalmente apoiados pelo BNDES. Hoje, o Brasil é o mais importante *player* do mundo nessa área. Nós temos uma indústria de sucesso nessa área. E o BNDES esteve aí todo o tempo para formar esse capital extraordinário que o Brasil tem no setor.

Então, Deputado, embora se possa pontualmente apontar alguns casos em que possa eventualmente ter havido alguma distorção, permita-me V.Exa. dizer que, olhando o conjunto, eu não tenho nenhuma dúvida ao afirmar que o banco cumpriu um papel fundamental para que o Brasil tivesse hoje, apesar de tudo, a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Eu conheço os países da América Latina, e nenhum tem um tecido industrial comparável ao do Brasil.

Isso se deu em grande medida por essa institucionalidade inteligente que o Brasil criou, ou seja, um banco de fomento com recursos estáveis, com essa questão do FAT, da poupança compulsória do trabalhador, que nos ofereceu a possibilidade, de forma continuada, ao longo do tempo, de apoiar projetos estruturantes no Brasil.

Mas podemos aperfeiçoar, podemos melhorar, podemos corrigir eventualmente algumas questões? Claro que sim, claro que sim. E eu acho que o debate aqui na Comissão é muito saudável, inclusive, por isso.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Exa. toca em um ponto estratégico, que é a produção de celulose de fibra curta, eucalipto. V.Exa. percebia, na crise...

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Desculpe-me, eu não dei a V.Exa. o orçamento do MDIC. O orçamento do MDIC consolidado é de 1 bilhão e 270 milhões, este ano.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Então, V.Exa. concorda comigo que é mais proveitoso ser presidente de um banco como o BNDES do que ser Ministro do Desenvolvimento?



**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, porque a minha medida não é a medida dos orçamentos. Se a minha medida fosse a medida dos orçamentos, sim, mas não é essa a minha medida. A minha medida é que o Ministério é uma plataforma política de articulação e de formulação de políticas, e o BNDES é um banco, tem um orçamento de um banco e a escala de um banco. Nada se compara. Não há como comparar o orçamento de um Ministério com o orçamento do banco, como também eu não vou supor que o Ministério de Minas e Energia seja menos relevante porque o orçamento da PETROBRAS é maior.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Mas V.Exa. há de crer que... Há, na escala federal, qualquer Ministério com aplicação de recursos da ordem que era o BNDES?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não, porque só há um banco de fomento no Brasil, que é o BNDES, como só há um BIRD, como só há um BID, como só há um banco de fomento como o da Espanha, como o banco japonês...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - V.Exa. acredita, como Parlamentar e Ministro, que as ações do BNDES são transparentes e claras, por se tratar de recursos absolutamente públicos?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu acho.

Eu quero dizer a V.Exa. que dei um exemplo de transparência: desclassifiquei os documentos que eram classificados como confidenciais. Nós fizemos isso e o BNDES se tornou cada vez mais transparente. Hoje, se V.Exa. for no *site* do BNDES, vai ver um nível de informações que nenhum banco correspondente aí fora oferece.

A transparência é algo que representa um ganho para a sociedade. A sociedade, na medida em que se torna mais exigente, que tem necessidade de promover o maior controle social, vai avançando na questão da transparência.

Aliás, esse é um desafio que temos amplamente. Os Poderes constituídos precisam ser mais transparentes; as instituições precisam ser mais transparentes, e o BNDES está inserido nesse contexto. Eu não acho que ele seja menos nem mais. Eu acho que ele tem avançado no sentido de se tornar mais transparente, e, se depender de nós, ele será mais ainda.



**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Quanto a esse caso específico da celulose, que V.Exa. toca, enquanto as empresas brasileiras passaram por uma dificuldade gigantesca na questão das operações, principalmente cambiais, o BNDES optou por financiar um novo projeto para a produção de celulose. Nós percebemos que Aracruz, Fibria, Votorantim, a própria Suzano, Bahia Sul passaram por dificuldades, acabaram se desfazendo de ativos e todas elas com preço da celulose global por tonelada caindo. Enquanto isso, o banco, na outra ponta, estava financiando um novo projeto no Brasil.

V.Exa. não acredita que há uma concentração, por parte de um política de governo, de recursos do banco em determinados projetos e grupos empresariais?

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Não. Não concordo com V.Exa. Eu acho que há setores intensivos de capital, onde há, naturalmente, um menor número de empresas. O setor de vestuário e confecções tem uma característica: a predominância de micro e pequenas empresas, pelas características do setor. Não é um setor intensivo de capital. O setor de calçados, em grande medida, também tem essa característica.

O setor de papel e celulose, no mundo inteiro, é um setor que tem poucos *players*, porque é uma indústria intensiva de capital. Ela não seria diferente no Brasil. Não existem muitas plantas de celulose nos outros países, porque são megaprojetos. Eu não deixaria, nunca, de apoiar um projeto na área de papel e celulose.

Portanto, o banco fez certo. Em celulose de fibra curta, o Brasil é líder no mundo. Os projetos são exemplos de sucesso. Portanto, o BNDES tem que apoiá-los, apoiar os grupos que estão investindo nessa área.

Eu não vejo, Deputado, nada que nos aponte qualquer problema pelo fato de o banco ter apoiado esse setor, pelo contrário.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Eu digo pelo setor, porque ele passava por uma enorme dificuldade. Empresas foram desfeitas, foram vendidas, dificuldades de operações cambiais ocorreram na crise, e o Banco, na outra ponta, apoiava a concentração de recursos para que uma nova empresa saísse, ao invés de apoiar as empresas que estavam em dificuldade.



Como comentei com V.Exa. sobre o caso do frigorífico que esteve aqui, o Frigorífico Independência, ele disse claramente a todos nós que, por não ter tido a influência correta, sua empresa chegou à falência e ele teve que, obviamente, ser absorvido pela concentração que houve no setor, desencadeando um problema econômico e social, fundamentalmente, aqui, em nossa região.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Deputado, V.Exa. é vinculado ao setor empresarial também, e sabe que a crônica empresarial registra muitas versões para os êxitos e os fracassos. Todo mundo tem uma versão para explicar os seus problemas. Eu respeito, mas isso é uma versão: atribuir sua dificuldade ao fato de que não encontrou alguém que pudesse apoiá-lo, e tal. É uma narrativa. Evidentemente, eu respeito.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Eu convidaria V.Exa. a visitar o meu Estado. Uma empresa que recebeu um volume muito grande por parte do BNDES fechou 27 plantas industriais.

Então, o cidadão paga o seu imposto, que financia o BNDES, porque ele é financiado com título do Tesouro vindo de imposto pago pelo brasileiro, e, ao fim, ele mesmo sofre com as consequências da política do banco. Por quê? Porque, em muitos Municípios, muitos desempregados foram consequência dessa política desenvolvida, colocada em prática pelo BNDES.

Quer dizer, isso não é uma narrativa, Sr. Ministro; isso é a realidade social e econômica que nós vivemos, aqui, em nossa região. e que foi desencadeada em consequência da aplicação e concentração do BNDES. Empresas foram fechadas, indústrias foram fechadas e empregos foram ceifados. Chegamos hoje a quase 8% de desemprego, quase 2,2 milhões de desempregados entre os que deixaram de ser contratados e os que foram efetivamente desligados, e o banco, com essa concentração, prejudica muitos Municípios brasileiros.

Eu até fiz aqui, para V.Exa. tomar conhecimento, um pedido ao banco: Que nos demonstrasse as consequências sociais das aplicações financeiras que realizou. Queria saber se o banco estudava esse impacto por ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em meu Estado, Prefeitos, cidadãos, todos eles me pedem pelo amor de Deus para que o banco intervenha na reabertura de atividades industriais. Por quê?



Porque essa concentração acabou provocando o fim de milhares de empregos, consequência dessa política aplicada pelo banco.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Eu registro o que V.Exa. está dizendo, mas acho que, sobre esse tema, já fiz minhas colocações. Estou à disposição para visitar seu Estado na hora que V.Exa. me convidar, com muito prazer.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Esteja convidado, Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Sub-Relator, Deputado Alexandre Baldy.

Passo a palavra ao Sr. Ministro Armando Monteiro Neto para suas considerações finais.

**O SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO NETO** - Presidente Marcos Rotta, meu caro Deputado Alexandre Baldy, companheiros que estão presentes, Deputados, quero dizer que valorizei muito esta oportunidade de poder vir esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo porque sou Parlamentar e valorizo uma instância como esta.

Quero, mais uma vez, congratular-me com esta Comissão, que tem feito um debate responsável sobre esse tema.

Eu confesso a V.Exa., e faço isso de novo, que, temi, no primeiro instante, que esta CPI pudesse, de alguma forma, concorrer para atingir essa instituição num momento delicado da vida nacional como o que nós estamos vivendo. Considerando que é uma instituição financeira, considerando que é uma instituição que se conecta com a comunidade internacional, eu imaginei que, de algum modo, pudesse ser algo que acarretasse algum prejuízo à instituição. Quero dizer a V.Exa. que estou fazendo agora publicamente uma revisão dessa minha avaliação. Acho que esta CPI foi e é uma oportunidade para que se amplie o conhecimento a respeito dessa instituição.

Muitas vezes, o debate político é marcado por algumas posições que não são claramente, vamos dizer assim, decorrentes do maior conhecimento. E eu reconheço a complexidade de uma operação com um banco como o BNDES, que é uma estrutura complexa. Portanto, esse debate vai produzir como saldo um maior



conhecimento da instituição e dos seus processos decisórios, que são muito colegiados.

A colegialidade é uma marca do sistema BNDES — comitês, muito escrutínio nas decisões. E, ao final, eu tenho certeza também de que esta Comissão vai oferecer sugestões e contribuições para aperfeiçoar as políticas operacionais do banco, para melhorar o padrão de governança corporativa do banco.

Então, eu quero saudar os Parlamentares aqui presentes, com eles me congratulando, e dizer que o MDIC está à inteira disposição desta Comissão.

Quero, na oportunidade, dizer que todos os documentos solicitados ao nosso Ministério estão em poder da Comissão — todas as atas de reuniões, todos os dados, todas as informações que nos foram solicitadas.

Muito obrigado por esta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço as palavras gentis a V.Exa. Não tenho dúvida alguma de que o seu posicionamento e as suas palavras, além de engrandecer o trabalho desta Comissão, aumentam ainda mais a nossa responsabilidade, Ministro.

Eu não queria copiar o Deputado Alexandre Baldy, mas eu quero ratificar o convite que fiz a V.Exa. para que também visite o Estado do Amazonas. Neste momento, nós estamos tendo uma feira internacional, com a presença do Secretário Furlan, ligada diretamente à questão do polo industrial de Manaus, da Zona Franca de Manaus.

Queria agradecer o autoconvite que V.Exa. fez para estar presente hoje nesta Comissão, prestando esclarecimentos. Eu não tenho dúvida alguma de que a presença de V.Exa., com a altivez que tem, com a inteligência que tem, com a percepção que tem, harmonizou muito bem com o nível desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, Ministro, em nome desta CPI, pela presença, pelos esclarecimentos, pela visão ampla que V.Exa. tem do País como um todo. Eu não tenho dúvida alguma de que V.Exa. engrandece esta CPI com sua presença. Muito obrigado.

Agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, às assessorias e demais presentes.



Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 24 de novembro, às 14h30min, em plenário a ser definido, para que seja tomado o depoimento do Sr. José Carlos Bumlai.

Está encerrada a presente reunião.